

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ: 10.608.405/0001-60 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR Telefone: (41) 3017-7777 | Fax: (41) 3017-7788

bari.
SECURITIZADORA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V. Sas. O Relatório de Administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, bem como todo o segmento de Securitização passou uma fase de ajustes ao novo cenário econômico, com retração de operações, tendo realizado emissões de 12 (dez) Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI-s") no montante total de R\$ 765.840 mil. Visando atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia

não contratou durante o exercício sob análise, qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, de seus auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes.
Por fim, temos a consignar o apoio de nossos colaboradores internos e externos, que contribuíram com os resultados alcançados, mormente pelas dificuldades transpostas no exercício de 2021.

Curitiba, 29 de março de 2022.
Evaldo Leandro Perussolo
Diretor de Relação com Investidores

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Expresso em milhares de Reais - R\$ mil

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante		2.698	1.462	Circulante		1.252	873
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	29			741	519
Aplicação Financeira	4	481	-				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	1.935	664	Dividendos e juros sobre capital próprio	13.d	250	19
Aplicações em operações interfinanceiras		1.935	664	Bonificações a pagar		70	78
				Obrigações sociais e trabalhistas		105	63
				Passivo fiscal diferido		-	12
				Impostos sobre o lucro a pagar		66	-
Outros créditos		280	768	Impostos e contribuições a recolher		89	38
Adiantamentos	7	110	271	Passivo de arrendamento	10	111	74
Serviços prestados	6	6	308	Outras obrigações diversas	12	50	235
(-) Provisão para perda esperada	6	(6)	-				
Créditos tributários	17.b	57	27				
Impostos a recuperar	8	37	160	Receita diferida	11	511	354
Sociedades ligadas a receber	8	1	2				
Outros valores e bens		2	1	Patrimônio líquido		4.687	3.863
Despesas antecipadas		2	1	Capital social		2.750	2.750
				Reserva legal		157	88
				Reserva especial		1.842	1.003
Não circulante		3.241	3.274	Ajuste a valor de mercado		(62)	22
Ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outro resultado abrangente		1.837	2.306				
Certificado de recebíveis imobiliários	5	1.837	2.306				
Outros Créditos	8	1.185	761				
Imposto a Recuperar	8	1.185	761				
Permanente		219	207				
Imobilizado e intangível	9	108	133				
Bens em arrendamento	10	111	74				
Total do ativo		5.939	4.736	Total do Passivo		5.939	4.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Expresso em milhares de Reais - R\$ mil

	Capital social	Reserva de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	1.350	923	-	-	2.273
Aumentodecapital	1.400	-	-	-	1.400
Ajusteavalordemercado	-	-	22	-	22
Lucrodoexercício	-	-	-	186	186
Reserva legal	-	9	-	(9)	-
Dividendospropostos	-	-	-	(18)	(18)
Reservaespecial	-	159	-	(159)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.750	1.091	22	-	3.863
Mutações do exercício	1.400	168	22	-	1.590
Saldo em 01 de janeiro de 2021	2.750	1.091	22	-	3.863
Ajuste a valor de mercado	-	-	(64)	-	(64)
Lucro do exercício	-	-	-	1.185	1.185
Reserva legal	-	69	-	(69)	-
Reserva especial	-	839	-	(839)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(184)	(184)
Dividendos propostos	-	-	-	(93)	(93)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.750	1.999	(62)	-	4.687
Mutações do exercício	-	908	(84)	-	824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - Expresso em milhares de Reais - R\$ mil

	Nota	2021	2020		2021	2020
Recitas		4.352	3.168	Remuneração direta	962	555
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	4.253	3.162	Benefícios	327	291
Outras receitas		105	6	F.G.T.S	67	26
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(6)	-	Impostos, taxas e contribuições	1.187	497
Insuamos adquiridos de terceiros		(1.578)	(1.807)	Federais	963	393
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.578)	(1.807)	Municipais	222	175
Valor adicionado bruto		2.774	1.361	Estadual	2	2
Depreciação, amortização e exaustão		(106)	(85)	Remuneração de capitais de terceiros	9	12
Valor adicionado líquido		2.668	1.276	Juros sob empréstimos	-	-
Valor adicionado recebido em transferência		1.346	291	Aluguéis	9	12
Receitas financeiras	16	1.346	291	Outras	-	-
Valor adicionado total a distribuir		4.014	1.567	Remuneração de Capitais Próprios	1.462	186
Distribuição do valor adicionado		4.014	1.567	Dividendos e JCP a bonificar	277	18
Pessoal		1.356	872	Lucros/(Prejuízos) retidos do exercício	1.185	168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Bari Securitizadora S.A. ("Companhia") atual denominação da Barigui Securitizadora S.A., foi constituída em 28 de outubro de 2008 e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia alterou o endereço da matriz para a Avenida Sete de Setembro, 4781 sobrejora, Curitiba, Estado de Paraná, continuando com a filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia iniciou suas atividades operacionais com a emissão da 1ª série de CRIs. Atualmente a Companhia detém 61 (sessenta e uma) séries de CRIs ativas no montante total de R\$ 3.739.249.

Durante o exercício de 2021, a Companhia emitiu 12 (doze) Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI-s") no montante total de R\$ 765.840.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

Com relação à recente pandemia Covid-19, a Companhia tem observado atentamente o impacto no mercado de securitização brasileiro e respectivos créditos a ele vinculados, e segue monitorando os riscos e incertezas advindos deste evento. Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), a Companhia manteve uma reserva ativos circulantes, não necessitando captar recursos de terceiros ou através de aumento de capital, conseguindo honrar com suas obrigações em dia. Para a parte operacional, a pandemia não afetou a geração de receitas, em virtude de que, a prestação de serviços se dá, independente de adimplência ou inadimplência dos patrimônios separados, de acordo com os termos de securitização.

Nossas principais preocupações neste período são a preservação da integridade de nossos colaboradores, clientes e das comunidades onde atuamos, bem como a continuidade das operações da companhia de maneira segura.

2 Base da apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de Março de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Julgamento, estimativas e premissas contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: (i) valor justo dos ativos financeiros; (ii) mensuração para perda ao valor recuperável dos ativos; e (iii) premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos na mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundo disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicação financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado

e. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

f. Ativos intangíveis

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil do ativo capitalizado foi estimado em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e

os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Gastos de aquisição e desenvolvimento de software
Taxa - %
20% e 25%

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Expresso em milhares de Reais - R\$ mil

	Nota	2021	2020
Receita de serviços prestados líquida		3.764	2.852
(-) Provisão para perda esperada		(6)	-
Receita Operacional Líquida	14	3.758	2.852
Despesa com pessoal	15	(1.578)	(877)
Honorários da Administração	15	(111)	(110)
Despesas administrativas	15	(1.730)	(1.832)
Despesas com depreciação	15	(106)	(85)
Despesas Tributárias		(40)	-
Outras receitas / (despesas)		105	6
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos		298	(46)
Receita financeira		1.346	291
Receitas financeiras líquidas	16	1.346	291
Resultado antes dos impostos		1.644	245
Imposto de renda e contribuição social		(459)	(59)
Corrente	17.a	(457)	(52)
Diferido	17.b	(2)	(7)
Lucro do exercício		1.185	186
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico (em R\$)	13.e	0.4309	0,0677
Resultado por ação - diluído (em R\$)	13.e	0.4309	0,0677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Expresso em milhares de Reais - R\$ mil

	2021	2020
Lucro Líquido Do Exercício	1.185	186
Outros Resultados Abrangentes	(62)	22
Marcação a mercado - mudança VJORA	(94)	34
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	32	(12)
Resultado abrangente total	1.123	208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa indireto - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Expresso em milhares de Reais - R\$ mil

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		1.185	186
Ajuste para:			
Depreciações e amortizações		106	85
Provisão para perdas esperada		6	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social		457	52
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2	7
Bonificação a funcionários		95	53
Variações dos ativos e obrigações (Aumento/ redução de ativos)			
Aplicações financeiras		(886)	(1.550)
Serviços prestados a receber		233	251
Adiantamentos diversos		161	(199)
Outros créditos		-	6

DIÁRIO INDÚSTRIA&COMÉRCIO

• Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

J. Provisões contingenciais

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais e constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Uma provisão para passivos contingentes é reconhecida quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

K. Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

K.1 Receita de serviços

A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados, sendo mensurado pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

K.2 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é registrada em relação ao principal em aberto e pela taxa de juros efetiva aplicável, que é aquela que desconta os recebimentos estimados de caixa futuros pela vida esperada do ativo financeiro ao valor contábil líquido do ativo.

K.3 Receita de "spread"

O "spread" da operação ocorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição dos certificados de créditos imobiliários – CCI e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro imobiliário aplicando determinada taxa de desconto que somente será em parte repassada como forma de remuneração dos CRI, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no "spread" realizado. Dessa forma, não será observado "spread" quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem iguais. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

I. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável. Consideram-se ainda a limitação de 30% do lucro real para a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

m. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais.

Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação das demonstrações financeiras são baseados no novo número de ações.

n. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

o. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

p. Novas normas e interpretações não adotadas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) são aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2021:

- Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 Combinação de Negócios;
- Reforma da IBOF: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 Instrumentos Financeiros;
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06 (R2) Arrendamentos; e
- Reforma das Interbank offered rates (IBORs): alterações ao CPC 48 Instrumentos financeiros, CPC 38 "Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração", CPC 40 Instrumentos financeiros: evidencição, CPC 11 Contratos de seguro e CPC 06 Arrendamentos.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3 Gestão de risco

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou mudanças nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de baixo risco, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os seus compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia não possui cobrança nas emissões de recebíveis realizadas, dessa forma, o risco se torna minimizado e referente às prestações de serviços sobre a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outro título.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade de a Companhia honrar seus compromissos de curto prazo.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade de seus ativos, e do controle do risco adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

d. Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidade	-	29
Aplicação financeira (i)	481	-
Total	481	29

(i) A aplicação financeira é um resgate automático do saldo em conta-corrente, com liquidez imediata.

5 Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	2021	2020
Ativos financeiros		
Aplicações em operações interfinanceiras	1.935	664
Certificado de recebíveis imobiliários	1.837	2.306
Total de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.772	2.970

(i) Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado

Os saldos classificados como aplicações, são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. O custo e ajuste ao valor justo são demonstrado na tabela a seguir:

	2021		
	Valor da curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	1.935	-	1.935
Total	1.935	-	1.935

	2020		
	Valor da curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	1.145	-	1.145
Total	1.145	-	1.145

(ii) Certificados Recebíveis

A Companhia possui 2.425 cotas do CRI 77, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2021		
	Valor da curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Certificados Recebíveis Imobiliário Série 77 – taxa da operação 35,81%a.a.	1.931	(94)	1.837
Total	1.931	(94)	1.837

	2020		
	Valor da curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Certificados Recebíveis Imobiliário Série 77 – taxa da operação 35,81%a.a.	2.272	34	2.306
Total	2.272	34	2.306

(iii) Apresentação dos ativos financeiros por faixa de vencimento

Faixa de vencimento	Ativos financeiros 2021	Ativos financeiros 2020
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
Acima de 1 ano (a)	3.772	2.970
Total	3.772	2.970

(a) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual

destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 2.416 (R\$ 664 em dezembro de 2020).

6 Serviços prestados e provisão para perda esperada

Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 81, refere-se a taxas de administração sobre os CRI's (R\$ 308 em 2020). Na análise da Administração que levou em consideração o histórico de pagamentos e a capacidade de liquidação da contraparte, houve a necessidade de constituição de R\$ 6 como provisão para perdas esperadas no exercício (zero em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Contas a receber	81	308
Provisão para perdas esperadas	(6)	-
Total	75	308

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021:

	2021	2020
Vencidas		
Até 30 dias	-	-
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	2	-
91 a 180 dias	4	-
Acima de 180 dias	-	-
Total vencidas	6	-
A vencer em até 30 dias	75	308
Total	81	308

A movimentação da provisão para perda esperada está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	-	-
Constituição de provisão	(6)	-
Recebimento / reversão	-	-
Saldo no final do exercício	(6)	-

7 Adiantamentos
O montante de 2021, R\$ 106 refere-se a adiantamento sobre a estruturação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (R\$ 271 em 2020) e R\$ 4 referente ao adiantamento de férias (não há saldos comparativos para o exercício de 2020).

8 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar refletem o atual regime de apuração desses tributos e são realizados por meio da compensação com as obrigações advindas das operações próprias.

	2021	2020
Impostos a compensar	37	160
Impostos a compensar - IRPJ/CSLL (a)	1.185	791
Total de impostos a recuperar	1.222	951

9 Imobilizado e intangível

	2021	2020
Circulante	1.185	160
Não Circulante	1.185	160

(a) A Companhia entrou com o pedido de restituição destes créditos perante a receita federal, o qual está em andamento, tendo prazo legal de até 5 anos.

Descrição	Taxas de depreciação e amortização (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	2021 líquido	2020 líquido
Móveis e equipamentos	10% e 20%	163	(101)	62	28
Computadores	20%	-	-	-	47
Comunicação	20%	-	-	-	2
Veículos	20%	70	(31)	39	50
Intangível	20%	24	(17)	7	6
Total		257	(149)	108	133

10 Bens em arrendamento

Refere-se ao contrato de aluguel da sede, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.356 (endereço atualizado em 2021), na cidade de São Paulo/SP, com data de contratação em outubro de 2021, tendo um prazo de carência de 3 meses. Sendo assim, o contrato ficará vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 e prazo remanescente de 33 meses.

Saldo em 1 de janeiro de 2021 74
Adição de novos contratos / reajustes de contratos 105
(-) Amortização (68)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 111

Saldo em 1 de janeiro de 2020 67
Adição de novos contratos / reajustes de contratos 44
Desconto Covid (2)
(-) Juros 55
(-) Amortização (54)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 74

11 Receita diferida
Refere-se a taxas de gestão anual dos CRI's, recebidas antecipadamente pelo agente financeiro, que são apropriadas ao resultado de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2021 o montante a apropriar é de R\$ 511 (R\$ 354 em 2020) e o montante apropriado ao resultado, na rubrica de prestação de serviços, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.098 (R\$ 824 em 2020).

12 Outras obrigações diversas

	2021	2020
Circulante	50	95
Provisão para pagamentos de fornecedores	-	140
Credores diversos (a)	-	90
Total	50	235

(a) Refere-se a recebimentos antecipados, do qual não há saldos para o exercício de 2021 (R\$ 140 em 2020).

13 Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 01 de outubro de 2020 os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital no valor total de R\$ 1.400 (Hum milhão e quatrocentos mil reais) e 1.400.000 cotas de ações (hum milhão e quatrocentos mil).

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado, está dividido em 2.750.000, sendo o mesmo em 2020, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal:

	Ações	%	R\$
Banco Ban de Investimentos e Financiamentos S/A	2.722.500	99,00	2.723
Evaldo Leandro Perussolo	27.500	1,00	27
Total	2.750.000	100,00	2.750

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b. Reserva legal
Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, será aplicada 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva Estatutária
A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanecer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio
O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 10% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sendo o montando da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros.

	2021	2020
Conciliação Dividendos e JCP a pagar	184	(156)
Juros sobre capital próprio - JCP - 2021	(18)	(18)
Dividendos propostos em 2020	-	(93)
Dividendos propostos em 2021	(93)	-

e. Resultado por ação

	2021	2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.185	186
Ações ordinárias ponderadas em circulação (milhares)	2.750	2.750
Lucro básico/diluído por ação	0,4309	0,0677

14 Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita de prestação de serviços (a)	3.167	2.137
Receita de correspondente bancário	-	318
Assessoria (b)	975	520
Administração e Contrato	108	55
Outros	-	32
Total	4.250	3.062

Provisão para liquidação de devedores duvidosos (6) (310)
Impostos (PIS, COFINS e ISS) (469) (2.852)
Receita líquida 3.735

(a) Refere-se a taxa de gestão, estruturação e emissão dos CRI's. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluiu receita na estruturação de cessões de operações de crédito com terceiros.

(b) A Companhia auferiu receita com a prestação de serviços de assessoria com monitoramento de recebíveis nas empresas ligadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 978 (R\$ 520 em 2020).

15 Despesas operacionais por natureza

	2021	2020
Salários e benefícios	(760)	(735)
Encargos sobre salários	(817)	(142)
Aluguel administrativo	-	(12)
Comunicação	(55)	(68)
Honorários e Pró-labore	(111)	(110)
Reparos e adaptações	(11)	(8)
Despesas de processamento de dados	(129)	(72)
Serviços do sistema financeiro	(

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Bari Securitizadora S.A.
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Bari Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recitas de serviços prestados

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Companhia é a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreados em créditos imobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico do qual a Companhia é parte. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação de operações de securitização, atrelando os recebíveis imobiliários aos correspondentes CRIs. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos dos CRIs em conexão às suas obrigações junto aos agentes fiduciários, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Devido a relevância desta transação para a Companhia, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) testes documentais, por amostragem, para os recebimentos financeiros oriundos de receitas de serviços prestados; (ii) liquidação financeira por amostragem dos valores recebidos durante o exercício; (iii) teste de aderência entre as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras; e (iv) análise da

aderência das divulgações efetuadas das demonstrações financeiras e ao atendimento dos requisitos estabelecidos pela Instrução CVM nº 600/2018.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das receitas operacionais estão adequados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de março de 2021, sem modificações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre o uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer

CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

OUROVERDE

OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.

CNPJ/ME nº 75.609.123/0001-23 - NIRE 41.300.078.424

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28 de Março de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 28 dias do mês de março de 2022, às 11:00 horas, na sede social da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. ("Companhia"), na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Chede, nº 3136, bairro CIC, CEP 81170-220. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em face da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas em Assembleias Gerais da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Thiollier; Secretária: Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (a) o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (b) a alteração do objeto social da Companhia visando suprimir a venda de ativos imobilizados; (c) a alteração das atribuições do Conselho de Administração quanto a competência para aprovar a emissão de títulos de crédito pela Companhia; (d) a alteração dos jornais no qual a Companhia realiza suas publicações legais; e (e) a alteração dos Artigos 3º, 5º e 45º do Estatuto Social da Companhia com a respectiva consolidação do Estatuto Social, de forma a refletir as alterações descritas nos itens anteriores. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes: (a) Aprovar o aumento do capital social, de acordo com os seguintes termos e condições: (i) **Valor do Aumento de Capital:** O capital social da Companhia será aumentado no montante de R\$ 170.499.000,00 (cento e setenta milhões, quatrocentos e noventa e nove reais), passando dos R\$ 594.735.824,25 (quinhentos e noventa e quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), para R\$ 765.234.824,25 (setecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), mediante a emissão de 56.971.545 (cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que conferirão ao seu titular os mesmos direitos e prerrogativas das ações ordinárias atualmente existentes, nos termos do artigo 170 da Lei das S.A. Em razão do aumento de capital ora aprovado, o capital social da Companhia passará a ser composto por 526.810.557 (quinhentos e vinte e seis milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. (ii) **Preço de Emissão:** O preço de emissão é de R\$ 2,9927 (dois reais, nove mil, novecentos e vinte e sete décimos de milésimo de centavos) por ação, calculado pelo critério da perspectiva de rentabilidade da Companhia, apurado de acordo com a demonstração financeira anual do seu acionista datada de 31 de dezembro de 2021, as quais estimam o valor justo da Companhia, nos termos do inciso I do parágrafo primeiro do artigo 170 da Lei das S.A., pagos pelo acionista subscritor. (iii) **Subscrição e Integralização:** Todas as ações ordinárias emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista da Companhia, **Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento em participações, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, Bloco 02, Andares 2 e 3, Salas 201, 204, 301 e 304, no Bairro de Jacarepaguá, no Município do Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 ("Acionista"), sendo o montante total de R\$ 170.499.000,00 (cento e setenta milhões, quatrocentos e noventa e nove reais), integralizado em moeda corrente nacional, conforme disposto no Boletim de Subscrição anexo à presente ata ("Anexo I"). (b) Aprovar a alteração do objeto social da Companhia visando suprimir a atividade "venda de ativos imobilizados". (c) Aprovar a alteração das atribuições do Conselho de Administração para inclusão de competência mais ampla para aprovação de emissão de títulos de crédito pela Companhia. (d) Aprovar a alteração dos jornais de grande circulação no qual a Companhia realiza suas publicações legais. (e) Aprovar, sem ressalvas, a alteração da redação dos Artigos 3º, 5º, 21º (w) e 45º do Estatuto Social da Companhia, para nela refletir as alterações deliberadas acima, que passam a vigorar com as redações abaixo, consolidando-se, em sequência, o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma anexa à presente ata ("Anexo II"): **Artigo 3º.** A Companhia tem como objeto social a exploração das seguintes atividades: (i) locação de veículos e de equipamentos, com ou sem a cessão de operador; (ii) gestão e administração de veículos, máquinas e equipamentos de terceiros; (iii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (iv) serviços de cargas municipais, interestaduais e internacionais, inclusive de produtos perigosos; (v) atividades relacionadas direta ou indiretamente aos serviços de transporte mencionados nas alíneas anteriores, tais como planejamento logístico, carga, descarga, transbordo, movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, operação portuária, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais; (vi) prestação de serviços e execução de obras de engenharia civil, inclusive as relacionadas a limpeza e manutenção de vias e logradouros públicos, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos, domésticos, comerciais, industriais, hospitalares e materiais recicláveis, bem como o transporte e armazenagem de saneantes domissanitários; (vii) prestação de serviços de corte e colheita de cana; (viii) prestação de serviços de carga e descarga, com locação de mão de obra e equipamento de movimentação ao contratante; (ix) coleta de resíduos não perigosos de origem doméstica, urbana ou industrial por meio de lixeiras, veículos, caçambas, etc., bem como limpeza urbana; coleta de materiais recuperáveis; coleta de resíduos em pequenas lixeiras públicas; coleta de resíduos perigosos em qualquer estado físico (sólido, líquido, pastoso, granulado, etc.); coleta de óleo usado recolhido em tambor armazenado junto com reciclável; coleta de resíduos biológicos perigosos; e coleta de lixo hospitalares; e (x) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista. **Artigo 5º.** O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 765.234.824,25 (setecentos e sessenta e cinco milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 526.810.557 (quinhentos e vinte e seis milhões, oitocentos e dez mil, quinhentos e cinquenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Artigo 21.** Sem prejuízo das demais atribuições previstas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e de outras previsões deste Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração: (...) (w) observado o disposto neste Estatuto Social, deliberar sobre a emissão de títulos de crédito, como debêntures simples, notas promissórias comerciais, certificado de recebíveis, e deliberar sobre a emissão de ações preferenciais, observado o limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações preferenciais, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações; **Artigo 45.** As publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações serão realizadas na forma prevista no artigo 289 da respectiva Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata na forma sumária, conforme concordância dos presentes, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Curitiba, 28 de março de 2022. Alexandre Thiollier - **Presidente**; Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira - **Secretária**; Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Acionista representado pela sua administradora, a Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.

Anexo I - Boletim de Subscrição:

Subscritor	Ações Subscritas	Preço de Emissão	Integralização
Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	56.971.545 (cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco)	R\$2.9927 (dois reais, nove mil, novecentos e vinte e sete décimos de milésimo de centavos) por ação, conforme critério de valor patrimonial.	56.971.545 (cinquenta e seis milhões, novecentos e setenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco) ações ordinárias são integralizadas nesta data, em moeda corrente nacional, por meio de transferência eletrônica para a conta bancária de titularidade da Companhia de R\$ 170.499.000,00 (cento e setenta milhões, quatrocentos e noventa e nove reais).

Curitiba, 28 de março de 2022. Alexandre Thiollier - **Presidente**; Thaiz Ferraz Nunes de Oliveira - **Secretária**; Cedar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Acionista representado pela sua administradora, a Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.

PUBLICIDADE LEGAL: EDITAIS, ATAS,
BALANÇOS E FATOS RELEVANTES

DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A FOSPAR S.A.

Com capacidade de produção de 500 mil toneladas de superfosfato simples por ano, a Fospar S.A. está localizada em Paranaguá (PR). A companhia possui um moderno terminal portuário que contribui para as importações do agronegócio e é especializado no recebimento de fertilizantes a granel. Controlada pela Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda., a Fospar iniciou suas operações em 1974 e atualmente conta com cerca de 240 funcionários. Possui ainda dois armazéns com capacidade total para 105 mil toneladas de produtos por ano e um pátio de estacionamento para mais de 100 caminhões. Juntas, Mosaic Fertilizantes e Fospar investem continuamente na região, fazendo com que o terminal e as unidades de produção contem com os mais avançados recursos tecnológicos. As empresas têm profissionais capacitados e dedicados, que atuam em um ambiente de trabalho que zela pela segurança e respeita o meio ambiente. Em 2021, Mosaic Fertilizantes e Fospar deram continuidade às obras de melhoria das suas infraestruturas, incluindo revitalização de seu armazém de produto final.

ÉTICA

O relacionamento da Fospar com seus públicos de contato - entre eles fornecedores, funcionários, clientes, comunidades, jornalistas, acionistas, prestadores de serviços, órgãos públicos, instituições acadêmicas e concorrência - é regido pelas práticas de conduta e pelo código de ética de sua controladora, a Mosaic Fertilizantes. Os princípios sustentados no código refletem valores como honestidade, integridade e respeito na condução dos negócios.

ATIVIDADES PORTUÁRIAS

Em um único mês, de 10 a 13 navios passam pela Fospar. As embarcações transportam, em média, 40 mil toneladas de fertilizantes e levam de três a cinco dias para descarregar. O terminal da Companhia iniciou suas operações em 2001, possui um robusto pier com dois berços de atracação de navios que podem funcionar simultaneamente e é capaz de receber navios até o porte Panamax, com comprimento de até 260 metros, além de contar com um moderno sistema logístico-operacional que permite um fácil e otimizado planejamento de carregamento de cargas.

MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA

Mosaic Fertilizantes e Fospar têm o compromisso de preservar o meio ambiente e trabalham para assegurar a saúde e a segurança de funcionários, contratados, clientes e comunidades. A Fospar possui as certificações internacionais ISO 14001:2015, de gestão ambiental, ISO 45001:2018, de saúde e segurança ocupacional, e ISO 9001:2015, de gestão da qualidade. As companhias seguem também rígidos protocolos de saúde e segurança relacionados à Covid-19.

QUALIDADE

A Fospar busca a satisfação dos clientes, adotando práticas de melhoria contínua em seus processos e valorizando os funcionários na produção de fertilizantes e na prestação de serviços portuários. A Companhia possui também uma política da qualidade própria, que atende os requisitos legais e do cliente, e conta com os procedimentos estabelecidos no sistema de gestão da qualidade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social faz parte da maneira de atuar da Fospar e da Mosaic Fertilizantes. As operações das duas companhias geram oportunidades de desenvolvimento local em Paranaguá. Assim, empresas e comunidade atuam juntas, vencendo desafios e promovendo um crescimento sustentável e compartilhado por todos.

A ECONOMIA E O MERCADO AGRONEGÓCIO

O agronegócio continua sendo carro chefe para a economia, representando aproximadamente 24,3% do PIB brasileiro de acordo com Cepea/ESALQ-USP. Liderada pela soja, a produção nacional de grãos vem crescendo a taxas elevadas nos últimos anos, de acordo com os registros da Conab, saímos de 73 milhões de toneladas em 1996 para 252,3 milhões na safra 2020/21, e a estimativa da Conab para 2021/22 é de por volta de 290 milhões de toneladas. As exportações brasileiras do agronegócio em 2021 tiveram um crescimento de 19,7% na comparação com o ano anterior, somando US\$120,59 bilhões, o maior valor já registrado na série histórica. Conseqüentemente, garantiram uma balança comercial com superávit de US\$61 bilhões, 21,1% maior em relação ao ano anterior, também um recorde. O principal produto exportado do agronegócio brasileiro em 2021 foi a soja em grãos, o que representa aproximadamente 30%. Comparando com 2020, houve um crescimento de 14% dessa commodity. Depois da soja, os produtos que

lideraram as exportações foram: Açúcares e melaços, carne bovina, farelo de Soja, carne de aves e celulose. Em termos de distribuição geográfica das exportações brasileiras do agronegócio em 2021, mais da metade delas, 50,84%, foram destinadas aos países da região da Ásia, sendo a China o principal destino, com 31,27% de participação, um aumento mesmo com a redução de 7% do volume de carne bovina devido ao embargo Chinês de Set/21 a Dez/21 por casos isolados de vaca louca em MG e MT. As importações de produtos do agronegócio apresentaram aumento de 18,9%, chegando a US\$ 15,9 bilhões. Isso porque parte deste aumento foi puxado pelas importações de milho houve um aumento de 133,7% comparado com 2020, este aumento foi gerado por uma medida de isenção fiscal para amenizar os custos de produção de pecuaristas.

FERTILIZANTES

O mercado brasileiro em 2021 foi estimado pela Mosaic por volta de 46 milhões de toneladas de fertilizantes, contra 40,6 milhões de toneladas em 2020. Os preços das commodities agrícolas se mantiveram em bons patamares no mercado doméstico porém com uma relação de troca não muito favorável ao produtor (relação de preço dos fertilizantes e commodity) pelo aumento de preço dos insumos. Entretanto, as rentabilidades demonstradas durante o ano ainda são interessantes e o produtor rural brasileiro está bem capitalizado em virtude de recorrentes safras rentáveis, incentivando maior uso de tecnologia. O Real desvalorizado durante o ano também foi um fator positivo para o agronegócio, que aumenta a competitividade das commodities agrícolas brasileiras no mercado internacional.

PERSPECTIVAS

Para as entregas em 2022, é presenciado uma atitude diferente por parte dos produtores comparado com 2020 e 2021. Estamos com uma relação de troca não muito favorável e queda dos patamares de rentabilidade, e com isso fazendeiros estão realizando decisões de compra mais pontuais, somado aos fatores climáticos como excesso de chuvas na região centro-nordeste e estiagem no sul do país, esses fatores climáticos ainda geram uma incerteza de crescimento do mercado de fertilizantes, porém algumas consultorias mostram que há um aumento na área de plantio, mas não é certo ainda a questão da tecnologia que será utilizada. Todavia, com os preços das commodities agrícolas altos levam a crer que o mercado deverá se sustentar no patamar de 46 milhões de toneladas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo Circulante	Nota	2021	2020
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	26.145	39.336	Financiamentos e empréstimos	17	1.536	1.345
Contas a receber de clientes	9	15.614	8.979	Arrendamento mercantil a pagar	19	4.500	1.736
Estoques	10	8.841	9.343	Fornecedores	15	22.559	22.342
Impostos a recuperar	11	5.952	10.879	Adiantamentos de clientes	16	4.773	397
Outros créditos		2.395	1.483	Impostos e contribuições a recolher		2.279	2.129
Total do ativo circulante		58.947	70.020	Provisão para férias e comissões a pagar		2.821	2.465
Não circulante				Provisão para contingências	18	1.046	908
Realizável a longo prazo				Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	78
Estoques	10	5.771	3.492	Provisão gratificações a empregados		2.717	2.196
Impostos a recuperar	11	31.672	26.339	Outras contas a pagar		4.758	3.413
Depósitos judiciais		975	172	Total do passivo circulante		46.989	37.009
Total do realizável a longo prazo		38.418	30.003	Não circulante			
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	19	23.409	14.491	Financiamentos e empréstimos	17	182.516	186.073
Imobilizado	14	375.311	377.635	Arrendamento mercantil a pagar	19	19.270	12.778
Total do ativo não circulante		437.138	422.129	Provisão para contingências	18	7.314	4.501
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	587	4.981
				Outras contas a pagar		8	9
				Total do passivo não circulante		209.695	208.342
Total do ativo		496.085	492.149	Patrimônio líquido			
				Capital social	21a	209.468	209.468
				Reserva de reavaliação	21b	5.852	5.852
				Reservas de lucros		24.081	31.478
				Total do patrimônio líquido		239.401	246.798
				Total do passivo e patrimônio líquido		496.085	492.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Para expansão		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	58.017	5.852	10.491	151.451	-	225.811
Integralização da reserva de lucros para expansão	151.451	-	-	(151.451)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.987	20.987
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal			1.049		(1.049)	-
Reserva de lucros para expansão				19.938	(19.938)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	209.468	5.852	11.540	19.938	-	246.798
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.394)	(7.394)
Destinação do prejuízo do exercício:						
Reserva de lucros para expansão				(7.394)	7.394	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	209.468	5.852	11.540	12.544	-	239.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fospar S.A. ("Fospar" ou "Companhia"), localizada na Rua Carlos Fonseca de Araujo, 375, Paranaguá - PR, tem por objeto social a manufatura, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria ou de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privativo misto, inclusive a execução de operação portuária, na área de porto organizado, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (a armazenagem referida neste item não se enquadra no Decreto nº 1.102/93); a fabricação, o comércio, a importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corativos do solo e produtos correlatos; a representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras; a participação em outras sociedades, como sócia acionista ou quotista; a prestação de serviço de análise físico-química de fertilizantes; e prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, bem como assistência especializada, comercial, industrial e serviços decorrentes de importação/exportação a outras sociedades nacionais e estrangeiras. A receita da Companhia está essencialmente concentrada em clientes do mesmo Grupo, vide nota explicativa 13. **a. Riscos da pandemia de COVID-19 ("coronavírus"):** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 ("coronavírus") é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem ter impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os efeitos da Covid-19 continuam a impactar a atividade econômica global e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva. A pandemia da Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura e à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia. A demanda por produtos relacionados ao agronegócio e consequentemente o segmento de fertilizantes está diretamente ligada à atividade econômica geral no mercado nacional, onde a Companhia opera e no mercado internacional, onde pode ser afetado. Diante de tal cenário, a Companhia analisou eventuais impactos por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa dos riscos a que a Companhia está exposta, que pudessem afetar a recuperabilidade dos seus ativos, a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras e os efeitos de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar americano e movimentações econômicas e de mercado. Durante os anos de 2020 e 2021 as demonstrações financeiras da Companhia não foram significativamente afetadas e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras a Companhia não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios tampouco às estimativas e julgamentos contábeis, principalmente aqueles relacionados na Nota Explicativa 4.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 29 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem

àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa 18 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Nota explicativa 20 - mensuração de obrigações de benefícios definidos:** principais premissas atuárias.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia elaborou suas demonstrações financeiras considerando o princípio de continuidade de suas atividades operacionais e divulgou todas as informações relevantes em suas notas explicativas, a fim de esclarecer e complementar as bases contábeis utilizadas.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconhecidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros - Classificação, Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** A Companhia classificou e mensurou os ativos financeiros nas seguintes categorias: **• Custo amortizado -** Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **• Ativos financeiros a VJR -** Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida de serviços prestados	23	203.829	196.772
Custos dos serviços prestados	24	(177.554)	(145.282)
Lucro bruto		26.275	51.490
Despesas administrativas e gerais	24	(2.213)	(2.614)
Outras (despesas) receitas operacionais	26	(9.095)	2.799
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		14.967	51.675
Receitas financeiras	25	4.178	469
Despesas financeiras	25	(32.333)	(20.603)
Despesas financeiras líquidas		(28.155)	(20.134)
Resultado antes dos impostos		(13.188)	31.541
Imposto de renda			
Corrente	12	1.400	(9.520)
Diferido	12	4.394	(1.034)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(7.394)	20.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(7.394)	20.987
Resultado abrangente	(7.394)	20.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(7.394)	20.987
Ajuste por:			
Depreciação	14	24.587	24.823
Amortização arrendamento mercantil	19	4.674	2.614
Custo residual de ativos imobilizados baixados	14	128	596
Custo residual na baixa de direito de uso	19	-	127
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	12	(4.394)	1.034
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	12	(1.400)	9.520
Variações monetárias, cambiais e juros	17 e 19	29.544	20.239
Provisão para contingências	18	3.304	1.482
Outras provisões		355	306
Variações em:			
Contas a receber		(6.635)	(765)
Estoques		(1.777)	(956)
Outros ativos		2.001	6.793
Fornecedores		4.278	(4.269)
Outras contas a pagar		2.015	2.120
Outros passivos		4.023	(3.562)
Juros pagos	17 e 19	(15.634)	(13.131)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(78)	(9.956)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		37.597	58.002
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do ativo imobilizado	14	(26.452)	(22.377)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(26.452)	(22.377)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Arrendamento mercantil pago	19	(4.336)	(1.538)
Pagamentos de empréstimos	17	(20.000)	(1.633)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos		(24.336)	(3.171)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.191)	32.454
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		39.336	6.882
No fim do exercício		26.145	39.336
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa		(13.191)	32.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado "VJR", os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2021 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;** e **• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas:** Ao final de cada período, a Companhia avalia a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização. Essa análise, que tem como objetivo atribuir determinada classificação de risco ao cliente de acordo com os critérios internos definidos pela Administração, leva em consideração a situação financeira atual do cliente, a experiência passada, a posição dos títulos vencidos e a perda de crédito histórica. Ao final de cada período, a Companhia avalia a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas, com o objetivo de ajustá-los aos seus valores prováveis de realização. Essa análise, que tem como objetivo atribuir determinada classificação de risco ao cliente de acordo com os critérios internos definidos pela Administração, leva em consideração a situação financeira atual do cliente, a experiência passada, a posição dos títulos vencidos e a perda de crédito histórica. **d. Estoques:** Tratam-se principalmente de estoques de almoxarifado mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Para itens sem previsão de movimentação ao prazo superior a um ano, é realizada reclassificação contábil para o ativo não circulante. **e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis do período corrente e comparativo, estão descritas na nota explicativa 14.b. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **f) Redução ao valor recuperável (*impairment*): (i) Ativos financeiros não-derivativos:** Um ativo financeiro não-derivativo mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data do balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. **(ii) Ativos não financeiros:** Imobilizado e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. **g. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **h. Planos de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários: (i) Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **(ii) Plano de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado prestado pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **(iii) Outros benefícios de longo prazo a empregados:** A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação

de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. **(i) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. **(ii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso seja exigido para liquidar a obrigação. **k. Receita operacional:** As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. No processo de industrialização a Companhia firma contrato determinando entre outras condições o preço e obrigações de desempenho. A matéria-prima base para o serviço de industrialização pertence aos clientes. Uma vez finalizado o serviço de industrialização e estando o produto pronto para despacho a companhia emite as notas fiscais e reconhece a respectiva receita. Assim como no processo de industrialização, nos serviços de desativa a Companhia firma contrato determinando entre outras condições de preço e obrigações de desempenho. A Companhia emite as notas fiscais e concomitantemente reconhece a receita com base no manifesto de carga tão logo o navio é atracado. Navios atracados ao final do mês a Companhia monitora o serviço de desativa e reconhece a receita somente do material efetivamente descarregado. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização. **l. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

a. Novas normas e interpretações adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2021: • **Arrendamento - CPC 06 (R2) - Atualização do original emitido em 16 de junho de 2020 (Aplicável em/ou após 1 de abril de 2021, permitida adoção antecipada):** Em 31 de março de 2021, este pronunciamento foi alterado em decorrência de benefícios concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento devido à pandemia da COVID-19. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras. • **Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48:** Reforma da Taxa de Juros de Referência - As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Caixa e saldo em bancos	414	193
Aplicações financeiras	25.731	39.143
	26.145	39.336

As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez. Elas são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos referenciados em DI e certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas ao redor de 97,5% do CDI em 2021 (98% do CDI em 2020), tendo como contraparte bancos de primeira linha, com liquidez imediata.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Nota	2021	2020
Mercado interno		1.977	757
Partes relacionadas	13	13.637	8.222
		15.614	8.979

As contas a receber são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos e deduzidas pela provisão para perdas esperadas (*impairment*), a qual é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento. Na data de apresentação das demonstrações financeiras a exposição máxima de risco de crédito se resume a um único cliente cujo valor contábil é de R\$ 260 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2020) e está totalmente provisionado.

10. ESTOQUES

	2021	2020
Circulante		
Almoxarifado	8.841	9.343
Não circulante		
Almoxarifado	5.771	3.492

O estoque da Companhia é formado por materiais de almoxarifado que são utilizados na manutenção dos equipamentos utilizados em suas prestações de serviços. Adicionalmente a Companhia possui em seu poder os estoques a granel de fertilizantes, os quais são recebidos e industrializados e, posteriormente, devolvidos. A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 36.870 (R\$ 17.908 em 31 de dezembro de 2020) de estoques de terceiros em seu poder. Estes estoques não são registrados no balanço da Companhia.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
Circulante		
ICMS	25	126
PIS e COFINS não cumulativos (ii)	5.636	9.463
Imposto de Renda e Contribuição Social - antecipação (iv)	291	1.290
	5.952	10.879
Não circulante		
ICMS	34.335	27.964
Provisão para deságio na realização dos créditos de ICMS (i)	(13.745)	(5.601)
PIS e COFINS não cumulativos (ii)	6.354	1.844
Imposto de Renda e Contribuição Social - Antecipação (iii)	4.728	2.132
	31.672	26.339

(i) Provisão constituída visando ajustar o valor de impostos a recuperar - ICMS ao seu valor de realização. A Companhia está estruturando operações para propiciar a realização do crédito tributário de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), bem como mantém um comitê interno, cuja atribuição é reunir-se periodicamente com o objetivo de prover sugestões de operações para redução desses créditos. No ano de 2021, a Companhia reavaliou sua capacidade de realização dos créditos e, fundamentada nas práticas atuais do mercado, atualizou a alíquota aplicada sobre o montante total de crédito para fins de deságio, passando de 20% para 40%. (ii) Créditos de PIS e COFINS, registrados integralmente na aquisição de ativo imobilizado. (iii) Saldo negativo relativo ao ano calendário de 2012 indeferido pela Receita Federal para fins de compensação. A Companhia está aguardando decisão do CARF para recebimento deste valor em dinheiro. Adicionalmente, constam saldos negativos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores. (iv) Saldo de imposto de renda retidos na fonte referente ao ano de 2021.

12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Prejuízo fiscal a compensar	3.007	-	-	-	3.007	-
Provisões para contingências	2.987	2.126	-	-	2.987	2.126
Outras provisões	7.110	3.560	-	-	7.110	3.560
Juros capitalizados	-	-	(6.205)	(6.460)	(6.205)	(6.460)
Ajuste decorrentes da Lei 11.638 (i)	-	-	(7.486)	(4.207)	(7.486)	(4.207)
	13.104	5.686	(13.691)	(10.667)	(587)	(4.981)

(i) Referente ao ajuste derivado da nova vida útil dos ativos imobilizados conforme CPC 27. A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social, nominal e efetiva pode ser demonstrada como segue:

	2021	2020
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.188)	31.541
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	4.484	(10.724)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(14)	(26)
Exclusões permanentes:		
Benefícios fiscais e PAT	-	196
Selic (i)	1.323	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	5.794	(10.554)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	1.400	(9.520)
Diferido	4.394	(1.034)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	5.794	(10.554)
Alíquota efetiva	44%	33%

(i) Crédito referente decisão da inconstitucionalidade da incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre valores referente à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

13. PARTES RELACIONADAS

A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. é controladora final da Companhia com 62,06% de participação no Capital Social (vide nota explicativa nº 21 a). Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas:

	Transações/Resultado		Ativo		Passivo	
	valor da transação		2021	2020	2021	2020
Controladora						
Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.						
Clientes	-	-	11.020	4.517	-	-
Mútuo	-	-	-	-	-	13.635
Receitas brutas de serviços (i)	109.058	95.859	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas (iii)	(1.244)	(1.314)	-	-	-	-
Despesa financeira (iv)	(319)	(359)	-	-	-	-
Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.						
Clientes	-	-	1.465	920	-	-
Adiantamento de clientes (ii)	-	-	-	-	1.006	164
Mútuo	-	-	-	-	-	8.339
Receitas brutas de serviços (i)	66.416	59.262	-	-	-	-
Mosaic Fertilizantes Limited.						
Clientes	-	-	873	872	-	-
Receitas de serviços (i)	21.062	14.092	-	-	-	-
Despesas financeiras	(48)	-	-	-	-	-
Mosaic Global Sales LLC.						
Clientes	-	-	197	1.912	-	-
Receitas brutas de serviços (i)	5.020	15.381	-	-	-	-
Despesas financeiras	(8)	-	-	-	-	-
Mosaic Fertilizantes P&K.						
Clientes	-	-	82	1	-	-
Receitas brutas de serviços (i)	284	360	-	-	-	-
	200.221	183.281	13.637	8.222	1.006	22.138

(i) As receitas de serviços com partes relacionadas referem-se a serviços de industrialização (Mosaic e Fertipar) e serviços portuários para todas as empresas. As receitas brutas de serviços da Companhia com seus acionistas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. representam 66% do total do exercício de 2021 (60% em 2020). (ii) A Companhia não efetuou a compensação dos saldos com o saldo de contas a receber, por tratar-se de notas fiscais distintas. (iii) A Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. efetua a prestação de alguns serviços administrativos e que posteriormente são rateados para a Fospar. (iv) despesas com contratos de mútuo. **13.1 Remuneração do pessoal-chave da administração:** A entidade obtém serviços de pessoal-chave da administração que estão registrados na sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e na parte relacionada Mosaic Fertilizantes P&K Ltda.

14. IMOBILIZADO: A. SÍNTESE DA MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO

	2021		2020		
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
Terrenos	6.391	-	6.391	6.391	
Edificações e benfeitorias	284.668	(69.421)	215.247	215.273	
Equipamentos e instalações	231.307	(108.373)	122.934	127.414	
Computadores e periféricos	8.779	(4.744)	4.035	4.724	
Veículos	24	(24)	-	-	
Móveis e utensílios	765	(425)	340	309	
Obras e instalações em andamento	26.364	-	26.364	23.524	
Total	558.298	(182.987)	375.311	377.635	
	Saldo em		Saldo em		
Custo	01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2021
Terrenos	6.391	-	-	-	6.391
Edificações e benfeitorias	274.052	-	-	10.616	284.668
Equipamentos e instalações	223.676	-	(1.214)	8.845	231.307
Computadores e periféricos	8.779	-	-	-	8.779
Veículos	24	-	-	-	24
Móveis e utensílios	675	-	-	90	765
Obras e instalações em andamento	23.524	22.391	-	(19.551)	26.364
	537.121	22.391	(1.214)	-	558.298
	Saldo em		Saldo em		
Custo	01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
Terrenos	6.391	-	-	-	6.391
Edificações e benfeitorias	235.134	-	(286)	39.204	274.052
Equipamentos e instalações	208.218	-	(106)	15.564	223.676
Computadores e periféricos	6.452	-	(447)	2.774	8.779
Veículos	24	-	-	-	24
Móveis e utensílios	580	-	(7)	102	675
Obras e instalações em andamento	54.181	27.406	(419)	(57.644)	23.524
	510.980	27.406	(1.265)	-	537.121

O montante de R\$ 3.128 (R\$ 7.189 em 2020) faz parte das adições do ano de 2021, entretanto ainda encontram-se em aberto em "Fornecedores". Este montante para fins de fluxo de caixa foi ajustado em "Aquisições de Imobilizado".

	Saldo em		Saldo em	
	01/01/2021	Depreciação	Baixas	31/12/2021
Edificações e benfeitorias	(58.777)	(10.644)	-	(69.421)
Equipamentos e instalações	(96.262)	(13.197)</		



Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os agentes financeiros, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira destas operações e concluiu que não há alteração dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto, a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

16. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Nota	2021	2020
Adiantamento de clientes terceiros		3.767	233
Adiantamento de partes relacionadas	13	1.006	164
		4.773	397

17. FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

a. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

Modalidade de aquisição de ativo fixo/investimento	Encargos financeiros	2021		2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures	IPCA + 6,53%	1.536	182.516	1.345	164.099
Mútuo - Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda.	Selic	-	-	-	13.635
Mútuo - Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda.	Selic	-	-	-	8.339
		1.536	182.516	1.345	186.073

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2024	54.755
2025	63.880
2026 em Diante	63.881
Total	182.516

Os empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos próprios bens financiados e por cédulas de crédito bancário.

Movimentação da dívida

Divida em 1º de janeiro de 2021	Debêntures	Mútuo	Total da Dívida
Pagamento de principal	165.444	21.974	187.418
Apropriação de juros	- (20.000)	-	(20.000)
Pagamento de juros	29.444	762	30.206
Custo de transação	(11.294)	(2.736)	(14.030)
	458	-	458
Divida em 31 de dezembro de 2021	184.052	-	184.052

Movimentação da dívida

Divida em 1º de janeiro de 2020	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Mútuo	Dívida
Aporte de capital	1.636	158.051	21.075	180.762
Pagamento de principal	-	-	-	-
Apropriação de juros	(1.633)	-	-	(1.633)
Pagamento de juros	64	17.351	899	18.314
Custo de transação	(67)	(10.344)	-	(10.411)
Apropriação do custo da transação	-	386	-	386
	-	-	-	-
Divida em 31 de dezembro de 2020	-	165.444	21.974	187.418

a.1 Debêntures:

Em 31 de dezembro de 2021 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	R\$
Debêntures ao valor nominal R\$ 1,00	151.232	IPCA + 6,53%	186.229
Custo da transação	-	-	(2.177)
			184.052

Em 31 de dezembro de 2020 as debêntures apresentam a seguinte posição:

Espécie	Títulos em circulação	Encargos financeiros anuais	R\$
Debêntures	151.232	IPCA + 6,53%	168.080
Custo da transação	-	-	(2.636)
			165.444

Na data do fechamento do balanço as debêntures apresentam a seguinte posição patrimonial:

	Circulante	Não Circulante	Total
Circulante	1.536	-	1.536
Não Circulante	-	182.516	182.516
Total	1.536	182.516	184.052

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	R\$
2024	54.755
2025	63.880
2026	63.881
	182.516

Em 15 de maio de 2018 a Companhia constituiu sua primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 151.232, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Fospar S.A.". O agente fiduciário nomeado nesta escritura de emissão foi Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Como fiadoras e principais pagadoras em conjunto com a Companhia na proporção da composição acionária e sem qualquer solidariedade entre si foram nomeadas Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. Foram emitidas 151.231.539 debêntures com valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), e terão prazo de oito anos a contar da data da emissão (15 de maio de 2018), vencendo-se, portanto, em 15 de maio de 2026. O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em três parcelas anuais e sucessivas, sendo: a primeira parcela, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2024; a segunda parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2025; e a terceira parcela, no valor correspondente a trinta e cinco por cento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo tal parcela atualizada pela Atualização Monetária, devida em 15 de maio de 2026; *Clausula de covenant*. Anualmente a Companhia deverá apurar o índice financeiro definido no contrato de debentures, pois sua não observância constitui evento de inadimplimento que pode acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das debêntures. Tais cláusulas estão ligadas a índices de patrimônio e dívida financeira. Com base nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está atendendo aos índices determinados no contrato.

18 CONTINGÊNCIAS E COMPROMISSOS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, mas não se limitando a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2021		2020	
	Contingências Depósitos judiciais provisionado	Contingências Montante Passivo líquido	Contingências Depósitos judiciais provisionado	Contingências Montante Passivo líquido
Circulante				
Trabalhistas	78	1.124	1.046	216
	78	1.124	1.046	216
Não circulante				
Trabalhistas e cíveis	326	6.800	6.474	481
Tributárias	36	876	840	173
	362	7.676	7.314	654
a. Movimentação das Contingências:				
	2020		2021	
Circulante				
Trabalhistas e cíveis	1.124	-	-	-
	1.124	-	-	-
Não circulante				
Trabalhistas e cíveis	4.068	5.191	(783)	(1.676)
Tributárias	1.087	1.538	-	(1.749)
	5.155	6.729	(783)	(3.425)

Existem outros processos trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 3.866 (R\$ 19.721 em 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Além disso, a Companhia também possui o montante aproximado de R\$ 11.986 (R\$ 26.041 em 2020) referente a processos tributários classificados com risco possível.

19. ATIVOS DE DIREITO DE USO

a. Movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento:

	R\$
Saldo em 01/01/2021 (i)	17.625
Adições	6.773
Baixas	(114)
Remensurações	7.203
Saldo em 31/12/2021	31.487
Amortização Acumulada	
Saldo em 01/01/2021	(3.134)
Amortização	(5.058)
Baixas	114
Saldo em 31/12/2021	(8.078)
Arrendamento líquido em 31/12/2021	23.409
Direito de uso de ativos	
Saldo em 01/01/2020 (i)	18.512
Adições	248
Baixas	(472)
Remensurações	(663)
Saldo em 31/12/2020	17.625
Amortização Acumulada	
Saldo em 01/01/2020	(1.528)
Amortização	(1.951)
Baixas	345
Saldo em 31/12/2020	(3.134)
Arrendamento líquido em 31/12/2020	14.491

(i) Os montantes do "Direito de Uso" bem como do "Arrendamento a pagar" foram apurados líquidos de PIS e COFINS, ou seja, a Companhia somente reconhecerá os créditos de PIS e COFINS quando do registro fiscal de tais operações. (ii) As adições do ano referem-se a elementos de arrendamento contidos em contrato de prestação de serviços de movimentação física de fertilizantes nas dependências da Companhia. **Passivos de arrendamento:**

	R\$
Arrendamento a pagar	
Saldo em 01/01/2021	14.514
Adições	6.773
Pagamentos	(4.336)
Remensurações	6.819
Juros pagos	(1.604)
Juros apropriados	1.604
Saldo em 31/12/2021	23.770
Arrendamento a pagar	
Saldo em 01/01/2020	16.984
Adições	248
Pagamentos	(1.538)
Juros pagos	(2.719)
Juros apropriados	1.539
Saldo em 31/12/2020	14.514

c. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

	R\$
2022	4.500
2023	3.709
2024	2.171
2025	521
2026	148
2027 em diante	12.721
Total de passivos de arrendamento	23.770
Circulante	4.500
Não circulante	19.270

Em 16 de novembro de 2016 o contrato de arrendamento portuário da Companhia foi renovado antecipadamente por mais 25 anos permitindo assim a atuação no terminal até 2048.

d. Impacto no Fluxo de caixa:

	2021	2020
Fluxo das atividades operacionais		
Apropriação de juros	1.604	1.604
Depreciação e remensuração do direito de uso	4.674	4.674
Fluxo das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - arrendamento	(4.336)	(1.604)
Pagamento de juros - arrendamento	(1.604)	(1.604)
	2020	2020
Fluxo das atividades operacionais		
Apropriação de juros	1.539	1.539
Depreciação e remensuração do direito de uso	2.614	2.614
Custo residual de arrendamento	127	127
Fluxo das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - arrendamento	(1.538)	(2.719)
Pagamento de juros - arrendamento	(2.719)	-
Itens sem efeito caixa	-	-
Adoção inicial	-	248
Adições	248	-

20. PLANOS DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

A Companhia e sua controladora Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda., em conjunto com outras companhias, é patrocinadora dos planos de aposentadoria Previdência Mosaic 1 e 2. Os planos são na modalidade de benefício definido e de contribuição variável, que tem por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou semelhantes da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das companhias patrocinadoras. A partir de 02/01/2012, estes planos passaram a ser administrados pelo IFM - Itáú Fundo Multipatrocinado, uma entidade fechada de previdência privada. A Companhia na qualidade de patrocinadora deste plano, possui 228 membros ativos e contribuiu durante o ano com o montante de R\$ 557 (em 31 de dezembro de 2020 possuía 233 membros ativos e contribuiu durante o ano com o montante de R\$ 269), calculado com base em percentual incidente sobre a folha de pagamento suficiente para em conjunto com a contribuição dos participantes, assegurar a cobertura do custeio atuarialmente calculado. As reservas técnicas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente contratado pela Companhia conforme parecer atuarial. Conforme CPC 33, quando o resultado de cálculo atuarial for um ativo, este somente será reconhecido quando reduzir as contribuições da patrocinadora ou ser reembolsável no futuro. A posição do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurada com base em laudos preparados por atuários independentes.

	2021	2020
Valor presente de obrigações com fundo constituído	(4.632)	(4.745)
Valor justo dos ativos do plano	6.600	5.712
Ativo (passivo) reconhecido	-	-
Ativos do plano incluem:		
Instrumentos da dívida pública	39%	34%
Instrumentos privados	61%	66%
Despesa reconhecida no resultado	557	269
Premissas atuariais		
Principais premissas atuariais na data do balanço (expressas como média ponderada):		
Plano de aposentadoria	2021	2020
Taxa de desconto nominal em 31 de dezembro	10,30%	6,90%
Retorno esperado dos ativos do plano em 1º de janeiro	10,30%	6,90%
Futuros aumentos salariais	7,50%	6,00%

Valor presente de obrigações com fundo constituído
Valor justo dos ativos do plano
Ativo (passivo) reconhecido
Ativos do plano incluem:
Instrumentos da dívida pública 39% 34%
Instrumentos privados 61% 66%
Despesa reconhecida no resultado 557 269
Premissas atuariais
Principais premissas atuariais na data do balanço (expressas como média ponderada):
Plano de aposentadoria
2021 2020
Taxa de desconto nominal em 31 de dezembro 10,30% 6,90%
Retorno esperado dos ativos do plano em 1º de janeiro 10,30% 6,90%
Futuros aumentos salariais 7,50% 6,00%

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social, inteiramente subscrito e integralizado pelas sócias Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. e Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda., é representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por 209.468.506 ações, sendo ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado até o limite de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, independentemente de reforma estatutária. Atualmente as ações ordinárias estão assim distribuídas: (i) A sócia Mosaic Fertilizantes do Brasil Ltda. possui 129.978.295 (cento e vinte e nove milhões, novecentos e setenta e oito mil e duzentas e noventa e cinco) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. (ii) A sócia Fertipar Fertilizantes do Paraná Ltda. possui 79.490.173 (setenta e nove milhões, quatrocentas e noventa mil, cento e setenta e três) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. (iii) O sócio Alceu Elias Feldmann possui 38 (trinta e oito) ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. **b. Reserva de reavaliação:** O total da reserva de R\$ 5.852, corresponde à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda desses ativos. **c. Reserva de lucros:** (i) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% ao capital social. (ii) **Reserva de expansão:** Tendo em vista as projeções realizadas para os negócios a Companhia está investindo em obras. Para tanto, a Companhia

constituiu, no ano de 2020, uma Reserva de expansão no montante de R\$ 19.938 com o objetivo de aquisição de ativo imobilizado. No ano de 2021, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 7.394 que foi, obrigatoriamente, absorvido pelo saldo da reserva de expansão. A proposta de reversão parcial desta reserva será apresentada para aprovação na reunião dos acionistas.

22. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. Base para segmentação: A Companhia possui 2 divisões estratégicas que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são gerenciadas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. A avaliação de performance da administração obedece a segmentação dos negócios. Além disso, por conta do contrato de arrendamento do porto de Paranaguá a Companhia é obrigada a manter separação contábil ao final do exercício financeiro que permita a individualização das receitas e despesas associadas a movimentação e armazenagem de grãos sólidos minerais. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos:

Segmentos reportáveis	Operações
Fabricação, comércio, importação e exportação de fertilizantes e suas matérias-primas, suplementos minerais para alimentação animal, corretivos de solo e produtos correlatos...	
Manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de portos ou instalação portuárias nos termos da Lei nº 12.815/2013.	
Manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privativo, utilizada na movimentação e/ou armazenagem de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de portos ou instalação portuárias nos termos da Lei nº 12.815/2013.	

b. Informações sobre segmentos reportáveis: As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias.

	31/12/2021		
	Serviços Industrialização	Serviços Portuários	Saldo Consolidado
Receita líquida de clientes externos	84.906	118.923	203.829
Custos dos segmentos	(92.590)	(60.360)	(152.950)
Lucro bruto	(7.684)	58.563	50.879
Despesas administrativas e gerais	(1.330)	(900)	(2.230)
Outras receitas operacionais	972	2.381	3.353
Outras despesas operacionais	(8.278)	(4.170)	(12.448)
Resultado operacional do segmento	(16.320)	55.874	39.554
Depreciação e amortização	(10.426)	(14.161)	(24.587)
Receitas financeiras	-	-	4.178
Despesas financeiras	-	-	(32.333)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	(13.188)
Imposto de renda - corrente	-	-	1.400
Imposto de renda - diferido	-	-	4.394
Resultado do exercício	-	-	(7.394)

	31/12/202		
--	-----------	--	--


Fospar S.A. CNPJ/MF nº 76.204.130/0001-08

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2021	2020
Outras receitas operacionais:		
Receita sobre venda de energia elétrica	–	653
Recebimento devolução fundo tonelagem OGMO (i)	–	4.581
Créditos extemporâneos de tributos (ii)	3.353	–
Outras	–	114
	3.353	5.348
Outras despesas operacionais:		
Despesas com baixas de ativos	(58)	(596)
Despesas com contingências	(3.027)	(1.676)
Despesas com processos tributários (iii)	(3.514)	–
Despesas com provisões ambientais	(148)	(277)
Despesas com provisão de deságio na realização de créditos de ICMS (iv)	(5.601)	–
Outras	(100)	–
	(12.448)	(2.549)
	(9.095)	2.799

(i) Em julho de 2017 a OGMO (Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalhador Portuário e Avulso do Porto Organizado de Paranaguá - OGMO/Paranaguá) apresentou um novo plano para a continuidade do pagamento da taxa adicional que foi aprovado pelos Operadores Portuários. De acordo com o novo plano de pagamento, a taxa aplicável à Fospar foi reduzida de R\$ 2,95 / t para R\$ 0,40 / t. Com base na redução da taxa e posição positiva da Fospar neste passivo, a Companhia reverteu a provisão de R\$ 5.800. Além disso, ficou decidido que o Ogmo reembolsaria a Fospar dos valores pagos a maior. O valor reembolsado em 2020 foi de R\$ 4.581. (ii) Durante o ano de 2021, a Companhia reconheceu créditos extemporâneos relativos a períodos anteriores, relacionados a INSS (R\$ 64), PIS e COFINS sobre despesas (R\$ 3.143) e PIS e COFINS relativos a exclusão de ICMS da base de cálculo de tributos (R\$ 146). (iii) Durante o ano de 2021, a Companhia reconheceu despesas com o Programa Especial de Recuperação Fiscal do Município de Paranaguá (Refis Municipal), referente a débitos dos anos de 2013 a 2019 no montante de R\$ 3.514. (iv) No ano de 2021, a Companhia alterou a alíquota aplicada sobre o montante total de crédito para fins de provisão para perda, passando de 20% para 40%, conforme nota nº 11.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a. Classificação contábil e valores justos: Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de caixa e equivalentes de caixas, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de Reais	Nota	Valor Contábil		Valor justo
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicações financeiras	8	25.731	–	25.731
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Contas a receber de clientes	9	–	15.614	15.614
Caixa e equivalentes de caixa	8	–	414	414
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	–	184.052	184.052
Arrendamento a pagar	19	–	23.770	23.770
Fornecedores	15	–	22.559	22.559

31 de dezembro de 2020

Em milhares de Reais	Nota	Valor Contábil		Valor justo
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Aplicações financeiras	8	39.143	–	39.143
		39.143	–	39.143
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Contas a receber de clientes	9	–	8.979	8.979
Caixa e equivalentes de caixa	8	–	193	193
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	–	187.418	187.418
Arrendamento a pagar	19	–	14.514	14.514
Fornecedores	15	–	22.342	22.342
		–	224.274	224.274

b. Gerenciamento dos riscos financeiros: Visão geral: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de mercado; • Risco de liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Composição da Diretoria

Nome	Função
Corrine Dahlman Ricard	Diretor Superintendente
Jairo Carolinski	Diretor
Eduardo de Souza Monteiro	Diretor
Felipe Klemperer	Diretor
Emerson Araken Martin Teixeira	Diretor
Rafael Carlo Finardi	Diretor
Contador	
Rodrigo Bergame Ueno CRC SP-283187/O-0 S-PR	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Fospar S.A. - Paranaguá - PR. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fospar S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Fospar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis

 Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes

Contas a receber: Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, 66% (60% em 2020) da receita de serviços prestados da Companhia referem-se a transações com seus acionistas. Para as demais empresas, para mitigar possíveis riscos em suas vendas a prazo, são efetuadas análises quantitativas e qualitativas de avaliação de solvência, bem como, são respeitados procedimentos internos com níveis de aprovações, suportados por uma Política de Crédito Corporativa devidamente aprovada pela diretoria da Companhia. Do total de contas a receber de clientes 87% refere-se a operações com os acionistas (92% em 2020). As políticas de venda da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a sua capacidade de pagamento (análise de crédito). **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 26.145 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 39.336 em 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. **b. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para evitar a ocorrência dos riscos operacionais tais como: prejuízos diretos ou indiretos associados a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, a administração busca a eficácia de custos e mantém procedimentos de controle. **c. Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro 2021				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.536	–	182.516	–
Arrendamento a pagar	4.500	3.709	2.840	12.721
Fornecedores	22.559	–	–	–
Em 31 de dezembro 2020				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.345	21.974	164.099	–
Arrendamento a pagar	1.736	1.736	5.208	5.834
Fornecedores	22.342	–	–	–

Certas operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco de taxa de câmbio, decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de peças sobressalentes e serviços profissionais. Durante o exercício de 2021 a Companhia transacionou operações em dólares americanos, entretanto no encerramento dos exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possuía nenhuma exposição em moeda estrangeira em aberto.

São Paulo, 29 de Março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Kátia Dantas
Contadora - CRC 1SP188864/O-3

PUBLICIDADE LEGAL: EDITAIS, ATAS, BALANÇOS E FATOS RELEVANTES
DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO

/diarioinduscom /diarioinduscom IC Entrevista diarioinduscom.com.br



MS Bank S.A. Banco de Câmbio

CNPJ(MF) 19.307.785/0001-78

Demonstrações financeiras - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do MS Bank S.A. Banco de Câmbio ("MS Bank" ou "Banco"), submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. O MS Bank encerrou o exercício de 2021 com lucro líquido de R\$ 1.184 e ocupando a 30ª posição do ranking de câmbio divulgado pelo Banco Central (em 31 de dezembro de 2020 o MS Bank ocupava a 29ª posição). O volume total operado no exercício findo em 2021 foi de US\$ 13.458.252, sendo 91% referente a operações de intercâmbio (US\$ 9.706.746 no exercício findo em 2020, sendo 66% referente a operações de intercâmbio). Em relação ao mesmo período de 2020, o lucro líquido apresentou uma redução de 94%, reflexo principalmente do término da relação comercial, em 18 de fevereiro de 2021, com o correspondente cambial Transwerve Brasil Correspondente Cambial e Pagamentos Ltda. Com o objetivo de retomar a rentabilidade para os próximos exercícios, algumas ações estão

sendo avaliadas pelo MS Bank, das quais destacamos: (i) Agregar novos serviços e disponibilizar novas moedas na plataforma Cloudbreak; (ii) Explorar parcerias comerciais para implementação de novas linhas de produtos; (iii) Diversificar a rede de correspondentes cambiais visando atingir perfis de clientes não atendidos atualmente; e (iv) Melhorias nos processos atuais buscando uma melhor experiência e consequente fidelização dos clientes. **Pandemia de Covid-19:** Em meados de março de 2020, o Banco passou a adotar as orientações dos agentes de saúde sobre a pandemia da COVID-19, tais como, distanciamento social, medidas de higiene e os funcionários foram orientados a permanecer em suas residências, sendo adotado o regime de home office para 100% dos colaboradores. Atualmente, estamos realizando regime de revezamento de trabalho nas dependências do Banco. Vale ressaltar que o MS Bank não possui atendimento ao público em suas dependências, sendo essas atividades realizadas pelos correspondentes cambiais e as transações financeiras são 100% online. Quanto as demonstrações financeiras, a Administração

não notou impacto negativo decorrente da COVID-19 no resultado do exercício de 2021 e continua monitorando possíveis impactos para o próximo período. O Banco vai continuar atento aos acontecimentos e tomará todas as medidas necessárias para proteger a integridade dos funcionários, clientes, parceiros de negócio e toda a comunidade. **Política de reinvestimento e distribuição de dividendos:** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor e são imputados aos dividendos obrigatórios. **Compliance, Ética e Integridade:** O MS Bank mantém o compromisso constante de prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo em suas operações, atividades e relacionamentos, buscando atuar em conformidade com as regulamentações vigentes. Os programas de Compliance, Ética e Integridade abrangem os administradores, funcionários, fornecedores e correspondentes cambiais, tornando explícitos os princípios e

padrões de conduta e ética do MS Bank. A Administração considera que a estrutura atual é compatível com a natureza e complexidade dos produtos e serviços ofertados, mas busca continuamente melhorias principalmente em que diz respeito a sua infraestrutura tecnológica. **Auditoria:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, informamos que durante o exercício de 2021 os Auditores independentes prestaram, exclusivamente, serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, sem realizar quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesse e perda da independência ou de objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação em manter o funcionamento de nossas operações, permitindo que o MS Bank continue apresentando resultados sólidos, e agradecemos aos nossos clientes pela compreensão e confiança, que nos motivam a fazer sempre melhor.

Curitiba, 28 de março de 2022. **A Administração**

Balanco patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20
Ativo/Circulante			245.675	186.768
Disponibilidades		4	24.365	24.940
TVM e instrum. financ. derivativos			61.003	111.709
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4	60.000	92.000
Vinculados ao compromisso de recompra		5.a	1.003	308
Vinculados a prestação de garantia		5.a	-	19.401
Outros créditos			158.814	49.916
Carteira de câmbio		6	152.649	45.888
Rendas a receber			17	13
Negociação e intermediação de valores		5.b	316	-
Crédito tributário		18.b	-	5
Diversos			5.832	4.010
Outros valores e bens			1.493	203
Despesas antecipadas			1.493	203
Realizável a longo prazo			38.623	18.298
TVM e instrum. financ. derivativos			37.147	16.667
Carteira própria		5.a	14.860	12.254
Vinculados a prestação de garantia		5.a	22.287	4.413
Outros créditos			207	109
Crédito tributário		18.b	207	109
Imobilizado de uso			777	802
Outras imobilizações de uso			1.655	1.464
(Depreciações acumuladas)			(878)	(662)
Intangível			492	720
Ativos intangíveis			1.781	1.671
(Amortização acumulada)			(1.289)	(951)
Total do ativo			284.298	205.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco patrimonial		Nota	31/12/21	31/12/20
Passivo/Circulante			255.385	163.473
Depósitos			7.923	1.801
Depósitos a vista		7	7.923	1.801
Obrigações por operações compromissadas			999	306
Recompras a liquidar - carteira própria		9	999	306
Relações Interdependências			8.932	12.393
Recursos em trânsito de terceiros		8	8.932	12.393
Obrigações por empréstimos e repasses			3.163	16.063
Empréstimos no exterior		10	3.163	16.063
Outras obrigações			234.368	132.910
Cobrança, arrecadação de tributos e assemelhados			533	2.410
Carteira de câmbio		6	161.155	45.895
Sociais e estatutárias			156	1.278
Fiscais e previdenciárias		11	415	26.178
Negociação e intermediação de valores		5.b	-	80
Diversas		12	72.109	57.069
Patrimônio líquido			14	28.913
Capital social			26.000	14.000
De domiciliados no País			14.000	14.000
Aumento de capital social			12.000	-
Reserva legal			59	2.800
Reservas especiais de lucros			3.107	24.932
Ajustes de avaliação patrimonial			(253)	(139)
Total do Passivo			284.298	205.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Capital realizado	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		14.000	2.800	13.643	(5)	-	30.438
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(134)	-	(134)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.680	20.680
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(691)	(691)
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucros		-	-	19.989	-	(19.989)	-
Dividendos		-	-	(8.700)	-	-	(8.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		14.000	2.800	24.932	(139)	-	41.593
Mutações do período		-	-	11.289	(134)	-	11.155
Saldos em 1º de julho de 2020		14.000	2.800	9.643	(4)	12.812	39.250
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(135)	-	(135)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	7.868	7.868
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(691)	(691)
Reserva legal		-	-	-	-	-	-
Reserva especial de lucros		-	-	19.989	-	(19.989)	-
Dividendos		-	-	(4.700)	-	-	(4.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		14.000	2.800	24.932	(139)	-	41.593
Mutações do período		-	-	15.289	(135)	(12.812)	2.343
Saldos em 1º de janeiro de 2021		14.000	2.800	24.932	(139)	-	41.593
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(114)	-	(114)
Aumento de capital social		12.000	(2.800)	(9.200)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.184	1.184
Destinações:							
Reserva legal		-	59	-	-	(59)	-
Reserva especial de lucros		-	-	1.125	-	(1.125)	-
Dividendos		-	-	(13.750)	-	-	(13.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		26.000	59	3.107	(253)	-	28.913
Mutações do período		12.000	(2.741)	(21.825)	(114)	-	(12.680)
Saldos em 1º de julho de 2021		14.000	2.800	11.182	(176)	2.096	29.902
Outros resultados abrangentes		-	-	-	(77)	-	(77)
Aumento de capital social		12.000	(2.800)	(9.200)	-	-	-
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	(912)	(912)
Destinações:							
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	59	-	-	(59)	-
Reserva especial de lucros		-	-	1.125	-	(1.125)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		26.000	59	3.107	(253)	-	28.913
Mutações do período		12.000	(2.741)	(8.075)	(77)	(2.096)	(989)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: O MS Bank S.A. Banco de Câmbio ("MS Bank" ou "Banco") foi constituído em 17 de julho de 2013 e iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2014, com sede na Rua Bispo Dom José nº 2095, Batel - Curitiba/PR. Tem por objeto social compra e venda de moeda estrangeira, transferência de recursos do e para o exterior, financiamento de importação e de exportação, adiantamento sobre contratos de câmbio e outras operações, inclusive de prestação de serviços, previstas na regulamentação do mercado de câmbio, atuação no mercado financeiro, no País, inclusive em bolsas de mercadorias e de futuros, bem como mercado de balcão, para realização de operações, por conta própria, referenciadas em moedas estrangeiras ou vinculadas a operações de câmbio, realização de depósitos interfinanceiros e de outras atividades que vierem a ser autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No dia 18 de fevereiro de 2021, conforme requerido pelos órgãos reguladores, que determinam que as instituições financeiras possuem o dever legal de comunicar por escrito a seus clientes sobre qualquer fato relevante que altere a forma como os serviços são prestados, o MS Bank informou a respeito do término da relação comercial com o correspondente cambial Transwerve Brasil Correspondente Cambial e Pagamentos Ltda. (vide notas 12 e 13 (d)). Com o objetivo de continuar atendendo seus clientes e também oferecer mais e melhores condições ao mercado como um todo, também no dia 18 de fevereiro de 2021, foi realizado o pré-lançamento da plataforma de câmbio e remessas internacionais, oferecida em parceria com o seu correspondente cambial Cloudbreak Tecnologia Eireli. Adicionalmente, destacamos as ações adotadas pelo MS Bank objetivando a retomada de sua rentabilidade: (i) agregar novos serviços e disponibilizar novas moedas na plataforma Cloudbreak; (ii) explorar parcerias comerciais para implementação de novas linhas de produtos; (iii) Diversificar a rede de correspondente cambiais visando atingir perfis de clientes não atendidos atualmente; e (iv) melhorias nos processos atuais buscando uma melhor experiência e consequentemente a fidelização dos clientes. **2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras:** (a) Base de elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e apresentadas de acordo com o requerido pelo Bacen para fins de demonstrações financeiras e com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), quando aplicáveis. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução Bacen nº 2/2020. O principal objetivo dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* - IFRS. As principais alterações implementadas por essas normas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (não adotado pelo Banco); os saldos do Balanço Patrimonial do exercício estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. (b) Moeda Funcional: A moeda funcional do Banco é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração declara que preparou as demonstrações

financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios. As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2022. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** (a) **Auração de resultado:** O regime de auração do resultado é o de competência. (b) **Estimativas contábeis:** A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. (c) **Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data de fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. (d) **Caixa e equivalentes a caixa:** Caixa e equivalentes a caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (e) **Operações de câmbio:** Demonstrasdas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e variações cambiais. (f) **Instrumentos financeiros:** Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários foram classificados na seguinte categoria: • **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "Títulos para negociação" (adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período) e "Títulos mantidos até o vencimento" (adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento e são avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período) e que são avaliados pelo valor de mercado e o registro da valorização ou desvalorização foi efetuado em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "ajuste ao valor de mercado", líquidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério: • O Banco mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger financeiramente suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e não são designados para contabilidade de hedge. As operações com derivativos, praticadas pelo Banco, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado,

Demonstração dos resultados		2021	2020
Receitas de intermediação financeira		55.552	144.394
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.209	4.720
Resultado de operações de câmbio		17.921	48.259
Receitas com instrumentos financeiros derivativos	5.c	34.422	91.416
Despesas da intermediação financeira		(33.679)	(92.448)
Operações de captação no mercado		(11)	(17)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	10	(233)	(567)
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	5.c	(33.435)	(91.864)
Resultado bruto da intermediação financeira		21.873	51.946
Outras receitas/despesas operacionais		(23.192)	(49.025)
Receitas de prestação de serviços		1.112	3.599
Despesas de pessoal		(3.085)	(5.799)
Outras despesas administrativas	16	(19.758)	(43.566)
Despesas tributárias	17	(1.213)	(3.079)
Outras receitas operacionais		12	92
Outras despesas operacionais		(260)	(272)
Resultado operacional		(1.319)	2.921
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(1.319)	2.921
Imposto de renda e contribuição social	18.a	596	(1.336)
Provisão para imposto de renda		333	(723)
Provisão para contribuição social		263	(613)
Participações no lucro		(189)	(402)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício		(912)	1.184
Nº de ações:		26.000.000	26.000.000
Lucro (prejuízo) por mil ações - R\$		(35,08)	45,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes		2021	2020
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício		(912)	1.184
Outros resultados abrangentes		(77)	(114)
Ajuste de avaliação patrimonial de Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(77)	(114)
Resultado abrangente total		(989)	1.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto		2021	2020
2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício

Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo)/Lucro líquido ajustado do semestre/exercício		(1.024)	3.491	30.508
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício		(912)	1.184	7.868
Ajustes ao lucro líquido:				
Depreciações e amortizações		281	554	262
Provisão para passivos contingentes		-	-	(4)
Provisão juros sob empréstimos não pagos		15	15	57
Provisão despesas fiscais e previdenciárias não pagas		-	-	12.946
Provisão para participação nos lucros		189	402	405
Provisão de imposto de renda e contribuição social		(596)	1.336	8.974
Variação de ativos e obrigações		(13.530)	(20.224)	

31/12/2020				
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Mer-cado (**)	Ajuste a valor de
Carteira Própria				
Letras Financeiras do Tesouro	12.254	12.254	12.428	(174)
Vinculados ao compromisso de recompra				
Letras Financeiras do Tesouro	308	308	312	(4)
Vinculados à Prestação de Garantias (*)				
Letras Financeiras do Tesouro	19.401	4.413	23.814	23.889 (75)
Total	19.709	16.667	36.376	36.630 (253)
(*) Referem-se a títulos dados em garantias em operações de bolsas de valores (operações de compra e venda de dólar futuro na B3) e em câmara de compensação e liquidação (Clearing de Câmbio - B3). (**) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). (b) Instrumentos financeiros derivativos: O Banco possui contratos de futuros de moeda estrangeira com o objetivo de oferecer proteção financeira contra sua exposição cambial. Composição dos contratos futuros de moeda estrangeira:				
	31/12/2021	31/12/2020		
Venda contratos de futuros - Dólar (Notional)	164.405	352.021		
Compra contratos de futuros - Dólar (Notional)	150.755	343.267		
Total	315.160	695.289		
Ajuste diário a receber	316	80		
Ajuste diário a pagar	-	-		
Os valores referentes ao ajuste diário a receber e/ou a pagar estão registrados no balanço patrimonial na rubrica de Negociação e intermediação de valores, nas contas de ativo e passivo respectivamente.				
(c) Resultado auferido pelos contratos de futuros:				
	2º Sem. 2021	31/12/21	2º Sem. 2020	31/12/20
Receita com instrumentos financeiros derivativos	34.422	91.416	70.825	192.500
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	(33.435)	(91.864)	(73.670)	(215.289)
Total	987	(448)	(2.845)	(22.789)
6. Carteira de câmbio				
Ativo circulante	31/12/2021	31/12/2020		
Outros créditos				
Carteira de câmbio	152.649	45.888		
Câmbio comprado a liquidar	90.624	31.444		
Direito sobre vendas de câmbio	70.124	14.552		
(-) Adiantamentos em moeda nacional	(8.099)	(108)		
Passivo circulante				
Outras obrigações				
Carteira de câmbio	161.155	45.895		
Câmbio vendido a liquidar	69.736	14.608		
Obrigações por compras de câmbio	91.419	31.287		
7. Depósitos à vista: Conforme disposto no artigo 4º da Resolução CMN nº 3.426/2006, os bancos de câmbio podem oferecer contas de depósito sem remuneração, não movimentáveis pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização de operações de câmbio ou à contratação de serviços relacionados ao seu objeto social.	31/12/2021	31/12/2020		
Pessoas Jurídicas - Não Ligadas	7.923	1.801		
Total	7.923	1.801		
8. Relações interdependências: Esta conta se destina ao registro transitório em contrapartida à conta "Depósitos em moedas estrangeiras" das ordens de pagamento provenientes do exterior já creditadas à conta do Banco, a serem cumpridas no País por seu contravalor em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2021, o saldo era de R\$ 8.932 (R\$ 12.393 em 31 de dezembro 2020).				
9. Captações no mercado aberto:				
	31/12/2021	31/12/2020		
Carteira Própria - Letras Financeiras do Tesouro	999	306		
Total	999	306		
10. Obrigações por empréstimos e repasses: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de obrigações por empréstimos e repasses refere-se ao limite de crédito rotativo do Banco junto à MSBB Money Ltd.				
	Prazo	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
Limite de crédito rotativo	Indeter- minado	5% a.a. + Variação Cambial	3.148	16.004
Juros a pagar para MSBB Money Ltd.			15	59
Total			3.163	16.063
As despesas com obrigações por empréstimos e repasses no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 233 e R\$ 567, respectivamente (R\$ 175 e R\$ 322 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020). Não existem cláusulas de <i>covenants</i> nos contratos.				
11. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias:				
	31/12/2021	31/12/2020		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	11.635		
PIS e COFINS a pagar	155	534		
Impostos e contribuições sobre salários	201	134		
Outros (a)	59	13.875		
Total	415	26.178		
(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, do montante total, R\$ 12.946 refere-se a provisão do auto de infração, incluindo multa e juros, emitido pela Receita Federal do Brasil em 22 de dezembro de 2020, anos base 2016 e 2017, decorrente da não retenção e falta de recolhimento de IRRF incidente sobre renda e proventos de qualquer natureza de residentes ou domiciliados no exterior				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do MS Bank S.A. Banco de Câmbio

no montante de R\$ 9.065, COFINS e PIS incidentes sobre a importação de serviços, nos valores de R\$ 3.189 e R\$ 692, respectivamente. Os valores foram pagos em janeiro de 2021.

12. Outras obrigações - Diversas:

	31/12/2021	31/12/2020
Cretores diversos (a)	17.821	45.523
Cretores diversos - Exterior (b)	42.067	-
Comissões a pagar (c)	10.793	5.889

Provisão para obrigação por vendas realizadas - 4.443
Provisão para despesas com pessoal - 291 245
Outras obrigações - 1.137 969
Total - **72.109** - **57.069**

(a) Do montante total, R\$ 13.815 referem-se a valores recebidos de clientes em Reais, cujo respectivo câmbio não foi fechado dentro do exercício (R\$ 39.924 em 31 de dezembro de 2020), e R\$ 3.635 referem-se a valores a restituir à MSBB Money Ltd. (R\$ 3.635 em 31 de dezembro de 2020). (b) Referem-se a pagamentos em moeda estrangeira realizados antecipadamente no exterior pela Transferwise Ltd. no Reino Unido sem a devida liquidação da moeda estrangeira referente a estas operações pelo MS Bank, em desacordo com o contrato então vigente. As operações que deram causa a constituição dessa obrigação ocorreram durante o processo de rescisão de contratos entre o MS Bank e o Grupo Transferwise, no período de 17 a 18 de fevereiro de 2021. Em função de se tratar de assunto controverso, a forma de liquidação dessa obrigação está sujeita à finalização da discussão entre as partes (vide notas 1 e 13 (d)). (c) Referem-se a comissões a pagar pela intermediação de operações de câmbio, reconhecidas integralmente no resultado.

13. Provisão para contingências ativas e passivas: O MS Bank é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis. (a) **Composição das provisões:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme informações dos assessores jurídicos, não houve causas classificadas com risco de perda provável, portanto, não houve constituição de provisão para o período, também não houve constituição de provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (b) **Passivos contingente classificados como risco de perda possível:** O Banco não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal ou previdenciária cujo valor possa ter impacto nestas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2021, com base na opinião dos assessores jurídicos, as ações de natureza cíveis com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.029, sendo duas com temas relacionados com o curso normal das operações e uma de pedido de indenização por danos morais (R\$ 60 em 31 de dezembro de 2020). (c) **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem dois processos em curso: (i) referente a indenização por danos morais devido a cobrança indevida, cuja perspectiva de êxito é possível; (ii) Ação de repetição de indébito tributário, referente a imposto de renda retido da fonte, pleiteando a devolução da diferença de alíquota cobrada pela Receita Federal, em razão dos serviços contratados pela autora serem de caráter técnico - alíquota de 15%, e não serviços comuns - alíquota de 25%. (d) **Outros:** O MS Bank é parte de processo de natureza cível movido no Reino Unido, o qual requer a restituição de valores supostamente de responsabilidade do Banco. Os valores em questão estão registrados na rubrica "Cretores Diversos - Exterior", vide nota 12. **14. Patrimônio líquido: 14.1 Capital social:** O capital social de R\$ 26.000 em 31 de dezembro de 2021, está representado por 26.000.000 de ações, sendo 14.625.000 ordinárias e 11.375.000 preferenciais (R\$ 14.000 em 31 de dezembro de 2020, que era representado por 14.000.000 de ações, sendo 7.885.500 ordinárias e 6.739.500 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país. O aumento de capital social de R\$ 12.000 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2021, mediante a capitalização de R\$ 2.800 da reserva legal e R\$ 9.200 da reserva especial de lucros. Em 31 de dezembro de 2021 o processo estava em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil. **14.2 Destinações do lucro:** O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados: • 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social. • 25% para distribuição de dividendo mínimo obrigatório. • As reservas especiais de lucros referem-se ao residual do lucro ajustado, depois da distribuição da reserva legal e dividendos. **14.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve a distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, sendo o lucro integralmente destinado para a constituição de reservas. Abaixo demonstramos os valores destacados durante o exercício de 2020:

Demonstrativo do cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios

	2020
Lucro líquido do exercício	20.680
Reserva legal (5% até o limite de 20% do capital social)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	20.680
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.170
Juros sobre o capital próprio líquido do imposto de renda (3)	(1.240)
Total dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	3.930

Dividendos (a) 4.000
Dividendos (b) 4.700
Dividendos (d) 13.750

Juros sobre o capital próprio (c) 1.240 186 1.054
(a) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 17 de fevereiro de 2020 foi deliberado pelos acionistas a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2019 no valor de R\$ 4.000, provenientes do saldo da reserva especial de lucros, o pagamento ocorreu em duas parcelas, sendo, 17 de fevereiro e 28 de fevereiro de 2020. (b) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2020, foi deliberado o pagamento de dividendos antecipados referente ao exercício de 2020, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2020 no montante de R\$ 4.700. O pagamento foi realizado em duas

parcelas, sendo em 27 de outubro de 2020 e 29 de outubro de 2020. (c) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020 no valor bruto de R\$ 1.240. O pagamento foi realizado em 12 de fevereiro de 2021. (d) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13 de julho de 2021, foi deliberado o pagamento de dividendos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 13.750 proveniente do saldo de reservas especiais de lucros. O pagamento foi realizado em 29 de abril de 2021. **15. Transações com partes relacionadas:** As partes relacionadas incluem transações com a empresa MSBB Money Ltd. e pessoas-chave na Administração. Os valores de transações com partes relacionadas não têm cobertura de seguro e quaisquer garantias dadas ou recebidas.

Obrigações por empréstimos

	31/12/2021	31/12/2020
MSBB Money Ltd. (Nota 10)	(3.148)	(16.004)
Juros MSBB Money Ltd. (Nota 10)	(15)	(567)
Total	(3.163)	(16.571)

Outras obrigações - Diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Cretores diversos (Nota 12)	(3.635)	(3.635)
Total	(3.635)	(3.635)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve operações de câmbio com a MSBB Money Ltd. (No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o volume de operações foi de R\$ 27). A MSBB Money Ltd. é considerada parte relacionada do Banco por possuírem em comum o mesmo controlador, o Sr. Marcelo Luiz Sacomori. **15.1 Transações com partes relacionadas - Administração:** A despesa com remuneração do pessoal-chave da Administração, composta pela Diretoria Executiva, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 850 e R\$ 1.619 respectivamente, (R\$ 701 e 1.402 no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). O Banco não oferece benefícios pós-emprego e não concede empréstimos ao pessoal-chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve operações de câmbio realizadas por pessoal-chave da Administração (em 31 de dezembro de 2020 o montante de operações foi de R\$ 10.516).

16. Outras despesas administrativas:

	2º Sem. 2021	31/12/21	2º Sem. 2020	31/12/20
Despesas de comissão sobre intermediação de câmbio	(11.972)	(26.075)	(23.247)	(33.408)
Despesas com juros e multa (a)	-	-	(4.723)	(4.723)
Despesas com serviços do sistema financeiro (b)	(2.029)	(5.740)	(4.526)	(8.238)
Despesas processamento de dados	(2.691)	(5.789)	(3.703)	(6.921)
Despesas com serviços técnicos especializados	(1.374)	(3.055)	(1.284)	(1.806)
Despesas com aluguéis e condomínio	(418)	(707)	(282)	(561)
Depreciação e amortização	(281)	(554)	(261)	(518)
Despesas com comunicação	(205)	(410)	(186)	(341)
Despesas de viagens e estadias	(227)	(299)	(45)	(97)
Despesas com assessoria de imprensa	(100)	(174)	-	-
Despesas com manutenção e conservação	(45)	(71)	(29)	(57)
Despesas de publicação	(44)	(45)	(19)	(34)
Despesas com seguros	(28)	(55)	(24)	(48)
Despesas de transporte	(9)	(10)	(2)	(4)
Outras despesas administrativas	(334)	(581)	(238)	(469)
Total	(19.758)	(43.566)	(38.569)	(57.225)

(a) Refere-se a provisão de multa e juros do auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 22 de dezembro de 2020, anos base 2016 e 2017, vide nota explicativa 11. (b) Referem-se, basicamente a despesas de tarifas sobre pagamentos/recebimento de ordens em bancos no exterior, tarifas pelo uso do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e corretagens.

17. Despesas tributárias:

	2º Sem. 2021	31/12/21	2º Sem. 2020	31/12/20
Contribuição à COFINS	(985)	(2.484)	(3.032)	(5.724)
Contribuição à PIS	(160)	(404)	(493)	(930)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSNQ	(68)	(191)	(560)	(648)
Outros (a)	-	-	(8.223)	(8.223)
Total	(1.213)	(3.079)	(12.308)	(15.525)

(a) Refere-se a provisão do valor de principal do auto de infração emitido pela Receita Federal do Brasil em 22 de dezembro de 2020, anos base 2016 e 2017, vide nota explicativa 11. **18. Imposto de renda e contribuição social:** (a) **Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do semestre e exercício:**

	2º Sem. 2021	31/12/21	2º Sem. 2020	31/12/20
Resultado antes da tributação sobre o lucro (-) Participações no lucro Adições/(Exclusões):	(1.319)	2.921	17.248	39.988
Despesas indedutíveis	(189)	(402)	(405)	(405)
Juros de Capital Pagos/ Creditados no exercício	194	543	3.187	3.224
Total da base tributável	(1.314)	3.062	21.269	44.047

Despesa corrente de imposto de renda - (741) (4.704) (10.368)
Despesa corrente de contribuição social - (613) (3.758) (8.022)

Diretoria

	2021	2020
Índice de referência	28.421	40.873
Índice da Basileia	4,00%	22,35%

Conforme os preceitos regulamentares, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco não estaria atendendo aos requisitos impostos pelo Banco Central, porém, esse fato é decorrente do saldo de USD 7.539 (representado por R\$ 42.067 em 31 de dezembro de 2021) registrado na rubrica contábil Cretores Diversos - Exterior (vide nota 12), a qual segundo as regulamentações, não sensibiliza a parcela de risco de mercado (RWA). Por se tratar de saldo em moeda estrangeira, entendemos que a referida rubrica deveria sensibilizar o cálculo. Ao efetuarmos este procedimento, o índice de Basileia fica em 14,60%. **20. Eventos subsequentes:** Em 24 de Janeiro de 2022, o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do dia 17 de dezembro de 2021.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em

relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2022

mazars
Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

Everton Araken Paetzold
Contador
CRC - PR 047.959/O-9

Douglas Souza de Oliveira
Contador
CRC - 1SP191325/O-0

Reinaldo Dantas - CRC 1SP110330/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Banco. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em

relação a capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2022

mazars
Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

Everton Araken Paetzold
Contador
CRC - PR 047.959/O-9

Douglas Souza de Oliveira
Contador
CRC - 1SP191325/O-0

Reinaldo Dantas - CRC 1SP110330/O-6

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do MS Bank S.A. Banco de Câmbio

parcelas, sendo em 27 de outubro de 2020 e 29 de outubro de 2020. (c) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020 no valor bruto de R\$ 1.240. O pagamento foi realizado em 12 de fevereiro de 2021. (d) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13 de julho de 2021, foi deliber

CASC ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ 76.694.983/0001-75

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à Disposição para quaisquer esclarecimentos complementares

Curitiba 29 de março de 2022
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.566	13.482	15.478	14.804	Fornecedores	9	1.108	819	1.190	874
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	5	11.113	7.600	12.256	8.165	Obrigações trabalhistas	10	1.684	1.224	1.848	1.362
Outros ativos		1.609	1.633	1.626	1.636	Obrigações tributárias	11	2.564	1.540	3.218	1.901
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		26.288	22.715	29.360	24.605	Outros passivos		7	7	7	7
NÃO CIRCULANTE						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE		5.363	3.590	6.263	4.144
Realizável a longo prazo		1.110	113	1.110	113	Emprestimos	12	203.520	188.230	203.520	188.230
Depósitos judiciais	13	903	804	979	880	Impostos diferidos	13	1.399	2.197	1.515	2.273
Investimento em controlada	6	2.912	2.344	-	-	Outros passivos		2.106	1.404	2.106	1.404
Propriedade para investimento	7	746.292	700.001	746.292	700.001	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		207.152	191.831	207.268	191.907
Imobilizado	8	4.713	5.007	5.817	6.276	TOTAL DO PASSIVO		212.515	195.421	213.531	196.051
Intangível		52	52	52	52	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	44.176	44.176	44.176	44.176
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		755.982	708.321	754.250	707.322	Capital social		2.091	2.091	2.091	2.091
TOTAL DO ATIVO		782.270	731.036	783.610	731.927	Reserva de capital		523.488	489.348	523.488	489.348
						Reservas de lucros		324	261	324	261
						Participações dos não controladores		569.755	535.615	570.079	535.876
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.270	731.036	783.610	731.927
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		782.270	731.036	783.610	731.927

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Nota	Reservas de lucros					A disposição da Assembleia	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Legal	Retenção de lucros para investimentos	A realizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2019		44.176	2.091	8.835	11.189	417.641	59.271	-	543.203
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	18.212	18.212
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(25.800)	(25.800)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	8.479	-	(8.479)	-
Transferência para reserva de lucros a disposição da assembleia		-	-	-	-	-	(16.067)	16.067	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		44.176	2.091	8.835	11.189	426.120	43.204	-	535.615
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	65.840	65.840
Dividendos propostos	14.g	-	-	-	-	-	-	(31.700)	(31.700)
Constituição de reserva de lucros a realizar	14.f	-	-	-	-	29.681	-	(29.681)	-
Transferência para reserva de lucros a disposição da assembleia	14.e	-	-	-	-	-	4.459	(4.459)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		44.176	2.091	8.835	11.189	455.801	47.663	-	569.755

As demonstrações contábeis estão sendo publicadas de forma resumida. As demonstrações contábeis completas foram auditadas pela RSM ACAL Auditores Independentes S/S (CVM - RJ 11.444 - CRC - PR 006492/F-5) e o conteúdo do Relatório do auditor independente e as demonstrações contábeis completas estão disponíveis para consulta na sede da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	15	42.008	27.999	51.150
Custos dos serviços prestados	16	(4.086)	(1.791)	(7.249)
LUCRO BRUTO		37.922	26.208	43.901
Despesas gerais e administrativas	16	(1.344)	131	(2.091)
LUCRO OPERACIONAL		36.578	26.339	41.810
Receitas financeiras		876	2.181	921
Despesas financeiras		(18)	(32)	(37)
Resultado financeiro líquido	17	858	2.149	899
Ganho (perda) no valor justo de propriedade para investimento		44.971	(12.847)	44.971
Resultado de equivalência patrimonial		3.772	2.095	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		86.179	17.736	87.680
Imposto de renda e contribuição social	18	(5.049)	(3.892)	(6.131)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(15.290)	4.368	(15.290)
Participação não controladores		-	-	(419)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		65.840	18.212	65.840
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		4.417.591	4.417.591	-
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$		0,01490405	0,00412261	-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes dos impostos	86.179	17.736	87.680	18.689
Ajuste de itens sem desembolso de caixa:				
Depreciação e amortização	296	287	461	417
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.642	1.710	1.642	1.710
Outras provisões para contingências	(1.874)	(3.493)	(1.834)	(3.493)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.772)	(2.095)	-	-
Avaliação a valor justo 2021	(29.681)	8.479	(29.681)	8.479
Variáveis nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(5.155)	1.153	(5.733)	1.535
Outros ativos	289	(78)	316	(105)
Obrigações trabalhistas	460	(192)	486	(265)
Obrigações tributárias	(19.315)	(228)	(20.104)	(1.229)
Impostos a recuperar	-	(113)	-	(113)
Outros ativos e passivos de curto e longo prazos, líquido	706	(255)	692	(229)
Caixa líquido nas atividades operacionais	29.775	22.913	33.925	25.396
ATIVIDADES INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(112)
Investimento em propriedade para investimento	(1.322)	(1.945)	(1.322)	(1.945)
Dividendos recebidos de controlada	3.204	2.430	-	-
Caixa líquido nas atividades de investimentos	1.882	485	(1.322)	(2.057)
ATIVIDADES FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos	127	-	127	-
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	(31.700)	(25.800)	(32.056)	(26.070)
Caixa líquido nas atividades de financiamentos	(31.573)	(25.800)	(31.929)	(26.070)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84	(2.402)	674	(2.731)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.482	15.884	14.804	17.535
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.566	13.482	15.478	14.804
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84	(2.402)	674	(2.731)

Nelsi Paulo Frizzo - Diretor
Diogo Hamada - Diretor
Rodrigo Otávio de Lima - Gerente Financeiro - CRA/PR 29154
José Geraldo Deodato - Contador - CRC/PR 31040/O-7

AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A
CNPJ: 78.231.701/0001-29 - NIRE: 41300002304
AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 43 e ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 52
O Sr. Júlio Zugman Diretor Presidente da sociedade AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas no dia 29 de Abril de 2022, às 9:00 horas, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, para deliberarem sobre as seguintes **ORDEM DO DIA: EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; 3) Ratificação da deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 13/12/2021, pela antecipação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros de exercícios anteriores e do exercício no valor de R\$10.040.160,64; 4) Eleição da Diretoria para o triênio 2022/2025; 5) Deliberação sobre remuneração da Diretoria; 6) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 8) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 9) Assuntos Gerais. **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Deliberação acerca do Fundo de Reserva constituído na forma do "Acordo Entre Acionistas/Quotistas das empresas que integram o Grupo Zugman. **AVISO**
A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. A verificação dos documentos deverá seguir todas as regras específicas emanadas pelas autoridades, a respeito da pandemia do Corona Virus. Curitiba (Pr), 29 de Março de 2022. Julio Zugman - Diretor Presidente.

COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A
CNPJ: 83.187.930/0001-23 - NIRE: 4130000695-4
AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 57
O Sr. Isac Chami Zugman, Diretor Presidente da sociedade COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizadas no dia 29 de Abril de 2022 às 11:00 horas, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; 3) Ratificação da deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 13/12/2021, pela antecipação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros de exercícios anteriores e do exercício no valor de R\$20.000.000,00; 4) Eleição da diretoria para o triênio 2022/2025; 5) Deliberação sobre remuneração da Diretoria; 6) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 7) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 8) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 9) Assuntos Gerais. **AVISO**
A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. A verificação dos documentos deverá seguir todas as regras específicas emanadas pelas autoridades, a respeito da pandemia do Corona Virus. Curitiba (Pr), 29 de Março de 2022. Isac Chami Zugman - Diretor Presidente

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A
CNPJ: 76.506.302/0001-06 - NIRE: 4130004787-1
AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 102
O Sr. Jacob Reicher, Diretor Presidente da sociedade LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A, convida os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de Abril de 2022, às 10:00 horas, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2021; 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2021; 3) Ratificação da deliberação tomada em assembleia geral extraordinária de 13/12/2021, pela antecipação do pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros de exercícios anteriores e do exercício no valor de R\$45.078.903,65; 4) Deliberação sobre remuneração da Diretoria; 5) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal; 6) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso; 7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros; 8) Assuntos Gerais. **AVISO**
A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2021. A verificação dos documentos deverá seguir todas as regras específicas emanadas pelas autoridades, a respeito da pandemia do Corona Virus. Curitiba (Pr), 29 de Março de 2022. Jacob Reicher - Diretor Presidente

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ 19.851.496/0001-35 e NIRE: 41300090785
Edital de Convocação de AGO
Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 30/04/2022, às 10h, em Curitiba-PR, na Av. Candido de Abreu, n. 776 - sala 402, Centro Cívico, CEP 80530-000. Com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I - Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021. II - Discutir e deliberar sobre o resultado apurado no exercício de 2021, conforme balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do respectivo exercício, bem como definir a Destinação dos Lucros apurados. Curitiba, 30/03/2022. Logos Companhia Securitizadora S.A.

LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ 19.851.496/0001-35 e NIRE: 41300090785
Aviso aos Acionistas
A Logos Companhia Securitizadora S/A, comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis na sede da Companhia, em Curitiba-PR, na Av. Candido de Abreu, n. 776 - sala 402, Centro Cívico, CEP 80530-000, cópia dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM 481/09, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2021. Comunica também, que cópias eletrônicas destes documentos poderão ser obtidas na página da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>). Curitiba, 30/03/2022. Logos Companhia Securitizadora S/A.

CORITIBA FUTEBOL S.A.
CNPJ nº 05.259.918/0001-73 NIRE: 41300020345
Edital de Convocação
Convocamos o Senhor Acionista para comparecer na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada na sede da Sociedade, situada na Rua Ubaldo do Amaral, nº 63, Alto da Glória, Curitiba, Estado do Paraná, às 18 horas do dia 29 de abril de 2022, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Exame, discussão e votação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Curitiba, 29 de março de 2022. Juarez Moraes e Silva - Diretor Presidente

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
CNPJ/MF nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta
AVISO AOS ACIONISTAS
Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Quatro Barras/PR, 29 de março de 2022. Leonardo Petrelli Neto - Presidente do Conselho de Administração.

PUBLICIDADE LEGAL: EDITAIS, ATAS, BALANÇOS E FATOS RELEVANTES

DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO

[/diarioinduscom](https://diarioinduscom.com.br) [/diarioinduscom](https://diarioinduscom.com.br) [IC Entrevista](https://diarioinduscom.com.br) diarioinduscom.com.br

ATAS - EDITAIS - BALANÇOS - SÚMULAS CONCORRÊNCIAS - TOMADAS DE PREÇOS AVISOS - COMUNICADOS E ANÚNCIOS.

Publicidade legal é coisa séria!

Consulte nossa equipe de Publicidade Legal:
Ligue 41 3333-9800
publegal@induscom.com.br
ou pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>

